



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

RAYANNE MAYRA ALVES SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NAS PRÁTICAS
DISCRIMINATÓRIAS NO AMBIENTE ESCOLAR: REPRESENTAÇÕES NOS
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ENSINO
FUNDAMENTAL I**

**GUARABIRA
2018**

RAYANNE MAYRA ALVES SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NAS PRÁTICAS
DISCRIMINATÓRIAS NO AMBIENTE ESCOLAR: REPRESENTAÇÕES NOS
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ENSINO
FUNDAMENTAL I**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial para a obtenção
do título de Graduação em Pedagogia.

Área de concentração: Formação Docente e
Identidade

Orientadora: Prof^ª. Ms. Sheila Gomes de
Melo

**GUARABIRA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Rayanne Mayra Alves.

A construção da identidade da criança negra nas práticas discriminatórias no ambiente escolar [manuscrito] : representações nos livros didáticos de História e Geografia do Ensino fundamental I / Rayanne Mayra Alves Silva. - 2018.

74 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Identidade. 2. Criança negra. 3. Práticas discriminatórias. 4. Ambiente escolar.

21. ed. CDD 320.56

RAYANNE MAYRA ALVES SILVA

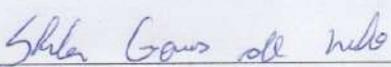
**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NAS PRÁTICAS
DISCRIMINATÓRIAS NO AMBIENTE ESCOLAR: REPRESENTAÇÕES NOS
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ENSINO
FUNDAMENTAL I**

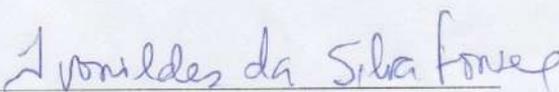
Trabalho de Conclusão de Curso de
(Monografia) apresentado à Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial
para a obtenção do título de Graduação em
Pedagogia.

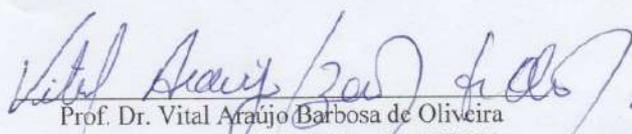
Área de concentração: Formação Docente e
Identidade

Aprovada em: 12/06/18

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Ms. Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.ª Dr.ª Ivonildes da Silva Fonseca
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe, Rosa Maria Alves Silva, pela paciência, pela dedicação, pelo companheirismo e pelo apoio.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me guiou nessa longa caminhada, por estar sempre comigo, fortalecendo-me e encorajando-me nos momentos difíceis;

À Professora Ms. Sheila Gomes, pela paciência, pelo compromisso e pela dedicação ao longo dessa orientação e que contribuiu significativamente com minha formação e a realização deste trabalho;

À Banca examinadora, por aceitar o convite e pelas contribuições ao meu trabalho;

Aos meus pais, Marcos Antônio da Silva e Rosa Maria Alves Silva, pelo apoio e por sempre acreditarem em mim, gratidão eterna;

A todos os amigos e amigas, em especial, a Renata Márcia, Edilma Lima, Jaqueline Oliveira e Ricardo Rodrigues, que me proporcionaram momentos especiais nas estradas da vida;

Aos professores que lecionaram no decorrer da graduação, por terem contribuído para minha formação;

As minhas grandes amigas, Bárbara Barbosa e Maria Helena, com quem construímos uma amizade especial. Sempre juntas, ajudamo-nos umas às outras. O apoio de vocês foi fundamental. A Paula Paulino e a Érica Monale, minhas companheiras de curso, que eu amei conhecer, por serem muito extrovertidas e terem alegrado minhas manhãs;

A todos os que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, muito obrigada!

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que, para ser aceito, é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros/as. (GOMES, 2005, p.43).

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões sobre a construção da identidade da criança negra, em práticas discriminatórias no ambiente escolar, visto que ações racistas são manifestadas no interior das escolas. Assim, é preciso que os profissionais da área de Educação possam combater qualquer tipo de preconceito racial existente na sala de aula. Para isso, os docentes devem avaliar os materiais pedagógicos e valorizar a diversidade étnico-racial e cultural presente em nossa sociedade. O objetivo primeiro desta pesquisa foi o de analisar livros didáticos do ensino fundamental I e de dar ênfase à forma como os negros estão sendo apresentados nos materiais pedagógicos, por meio de imagens e de textos, para averiguar se essa – como instrumento de estudo e de conhecimento - tem contribuindo para a construção positiva da criança negra. Quanto ao método empregado no estudo, desenvolvemos uma pesquisa de cunho qualitativo (MINAYO, 2008) e bibliográfico (Gil, 2006) e utilizamos o livro didático como instrumento. Para isso, recorremos aos pressupostos teóricos de autores como Brasil (2004), Cavalleiro (2000), Rego (1998) e Munanga (2005), que tratam da construção da identidade do indivíduo no ambiente escolar com pertinência, entre outros fundamentos necessários para explicar essa temática. Os resultados apontaram que as práticas discriminatórias estão presentes nos livros didáticos e são reproduzidas pelos professores em suas atividades pedagógicas. Isso nos leva a evidenciar que os livros didáticos, quase sempre, representam os negros na condição de escravos, e isso interfere diretamente na construção identitária da criança negra, já que elas não veem referências positivas sobre seu passado histórico. Os docentes precisam ter uma nova visão e reflexão sobre os livros didáticos que estão sendo utilizados, refletir sobre isso e procurar contribuir com a construção da identidade da criança negra.

Palavras-chave: Identidade. Criança negra. Práticas discriminatórias. Ambiente escolar.

ABSTRACT

This work presents reflections about the construction of the identity of the black child in the face of discriminatory practices in the school environment, since racist actions are manifested within the schools. Thus, it is necessary for professionals of educational to attack any kind of racial prejudice in the classroom, and for this, it is necessary for teachers to evaluate pedagogical materials and to value the ethno-racial and cultural diversity present in our society. The objective of this study is to analyze the textbooks of elementary school I, through a research, emphasizing the way blacks are being presented in pedagogical materials, through images and texts, as a way of ascertaining if this - as an instrument of study and knowledge has contributed to the positive construction of the black child. In order to carry out this study, we developed a qualitative research Minayo (2008) and bibliographic Gil (2006), and the instrument used was given through the textbook. To that end, the ideas already established by authors such as Brazil (2004), Cavalleiro (2000), Rego (1998) and Munanga (2005) will be taken to the theoretical presuppositions, which deals pertinently with the construction of the individual's identity in the school environment, among others necessary foundations to explain this topic. It was observed that discriminatory practices are present in textbooks and are reproduced by teachers in their pedagogical activities. The results lead us to point out that textbooks represent blacks, almost always as slaves, and this directly interferes with the identity construction of the black child, since they do not see positive references to their historical past. Teachers need to have a new vision and reflection on the books being used and seek to contribute to the construction of the identity of the black child.

Keywords: Identity. Black child. Discriminatory Practices. School environment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comércio entre os europeus e chefe africano.....	48
Figura 2 – Desembarque de escravos no Rio de Janeiro.....	49
Figura 3 – Engenho colonial de açúcar.....	51
Figura 4 – Negros escravizados pescando.....	52
Figura 5 – Negros carregadores de água.....	54
Figura 6 – Africanos escravizados trabalhando na secagem de café.....	55
Figura 7 – Negras vendedoras.....	56
Figura 8 – Negro sapateiro.....	58
Figura 9 – Escravos domésticos.....	59
Figura 10 – Navio negreiro.....	60
Figura 11 – Poema: A canção do africano.....	62
Figura 12 – Escravos trabalhando na mineração de diamantes.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
LD	Livro Didático
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PB	Paraíba
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O RACISMO NO ESPAÇO ESCOLAR: DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTUDANTES À ATUAÇÃO DOS/AS DOCENTES	15
2.1 DISCRIMINAÇÃO RACIAL: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONFLITOS ÉTNICO-RACIAIS.....	20
2.2 O PAPEL DO/A PROFESSOR/A NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA.....	25
3 A LEI 10.639/03: ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS	30
3.1 A INCLUSÃO DA LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS: IMPORTÂNCIA E ALTERNATIVAS PARA A EFETIVAÇÃO.....	34
3.2 O LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03 E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA CRIANÇA NEGRA.....	38
4 METODOLOGIA	43
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO.....	43
4.2 INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	44
4.3 PROCEDIMENTOS.....	45
4.4 MÉTODOS.....	46
4.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	47
4.5.1 ANALISANDO O LIVRO DE HISTÓRIA.....	47
4.5.2 ANALISANDO O LIVRO DE GEOGRAFIA.....	60
5 CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS	67
ANEXO A	73

1 INTRODUÇÃO

O foco deste trabalho é uma abordagem sobre como está sendo construída a identidade da criança negra no espaço escolar, visto que, nas escolas, que são espaços educativos de socialização, ainda acontecem práticas racistas. Por essa razão, é importante que os professores e os demais profissionais desconstruam qualquer tipo de discriminação, para que possam formar cidadãos que saibam respeitar as diferenças e tratar todos igualmente.

O Brasil é um país cuja população é negra e onde o racismo é vivenciado cotidianamente. O cenário que se observa nas instituições escolares é uma acentuada desigualdade da população negra, em que o racismo se expressa de várias formas e traz, como consequência, as diferenças de desempenho, que desencadeiam a desigualdade social e racial legitimada pela sociedade brasileira.

A discriminação é um fato recorrente nas escolas. Há muitos anos, os negros tinham muitas dificuldades de ter acesso aos bancos escolares, por serem apontados como marginais, e a praticada de inferiorizar alguém por causa de sua cor, de sua cultura, de suas características físicas e de seu passado histórico ainda persiste. Dessa forma, o modelo de educação acaba não sendo inclusivo, pois, embora todos tenham o direito de frequentar a escola, as crianças negras são excluídas e vítimas de piadas e de brincadeiras dos colegas. Some-se a isso o fato de o professor se manter em silêncio em situações como essa, o que reforça ainda mais o racismo.

Cavalleiro (2000) refere que o silêncio que perpassa os conflitos étnicos na população aparece de forma totalmente violenta e desrespeitosa e também é uma forma de racismo presente no ambiente escolar, mascarada com falsos discursos ao tratar do negro. Porém, na prática, as coisas ocorrem de forma diferente, já que o silêncio que não diz nada e, ao mesmo tempo, diz tudo potencializa os preconceitos na sala de aula, já que o outro é visto como um ser inferior e incapaz, tratado com discriminação, o que contribui para o fracasso do aluno que se sente inferiorizado.

A inserção dos alunos negros na escola é dificultada devido às suas características físicas, e sua cor acaba virando um problema para quem não consegue aceitar sua presença de forma respeitosa. Consequentemente, a criança sente-se desmotivada, sua autoestima é afetada, ela não confia em si mesma, e sua aprendizagem é prejudicada. Outro ponto importante que não deve ser deixado de lado é a questão dos conteúdos trabalhados na sala de aula pelos docentes, porquanto o negro é abordado nos livros didáticos (LD) como escravos, de forma estereotipada, e o currículo não aborda a história de luta dos negros, que possa desconstruir essa ideia de inferioridade sobre seu passado.

Portanto, cabe ao corpo docente a responsabilidade de implementar ações que valorizem a diversidade étnico-racial e cultural e à escola, atuar de forma democrática e comprometida, para estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e de minorias. Devido à desigualdade que permeia os brancos e os negros, é necessário introduzir políticas para reverter esse quadro de diferenças postas pela sociedade, respeitar a criança negra e educá-la como as demais, sem nenhum tipo de exclusão que a torne um ser inferior.

Uma das medidas efetivas para combater a discriminação nas escolas brasileiras está na Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que foi sancionada em nove de janeiro de 2003 e torna obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais (públicos) e particulares, o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras, contemplando o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, além de valorizar a participação do povo negro nas áreas social, política e econômica.

Essa lei tem o objetivo de garantir uma educação em que os direitos sejam iguais para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um como pessoa e como cidadão, principalmente as crianças. Porém, especificamente, só se concretizará no ambiente escolar se realmente houver uma parceria com os docentes e se houver crítica ao cotidiano escolar, que é permeado por conflitos, encontros e desencontros, racismos, preconceitos e discriminações, muitas vezes alienadamente confundidos com brincadeiras ingênuas ou bobagens. Nenhuma lei é viável sem o envolvimento social e o pertencimento coletivo.

Rego (1998) enfatiza que o docente é peça fundamental na quebra do preconceito, portanto cabe a ele incluir as relações étnico-raciais em seu meio pedagógico e mediar a criança e o conhecimento acumulado em uma cultura. Nesse sentido, é importante que os professores desconstruam práticas por meio das quais o negro vem sendo humilhado, e que possibilitem que a criança construa conhecimentos acerca do mundo físico e social e de si mesma. Dessa forma, contribuirá para transformar a sociedade e interferir positivamente na autoestima do negro. O educador deve contribuir para formar uma identidade cultural e ressaltar a diversidade e a riqueza cultural que temos em nosso país.

Ressalte-se, todavia, que o livro didático (LD) tem apresentado a imagem do negro de forma estereotipada e discriminada. Então, o docente, como colaborador e disseminador de conhecimentos, precisa desconstruir práticas que o inferiorizam, pelo processo que se tem apresentado nos meios educacionais, elevar a autoestima da criança negra e o autoconceito e acolher as diversas culturas.

Nesse sentido, o principal objetivo deste estudo foi o de analisar os LD, observando a inclusão de conteúdos que abordem as diferenças, particularmente as étnico-raciais, a fim de averiguar se esses conteúdos – como instrumento de estudo e de conhecimento - têm contribuído para a construção positiva da criança negra. Também investigamos se a escola tem valorizado a cultura africana e afrodescendente como formadora de nossa cultura e se tem contribuído para formar a identidade da criança negra, se trabalha o pluralismo e se trabalha com a valorização da identidade de seus alunos, por meio de práticas que promovam a igualdade racial, pois a escola tem um papel importante na formação dos educandos e precisa estar comprometida com seu processo de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, é necessário que os docentes avaliem a forma como se tem trabalhado essa problemática em sala de aula, com conteúdos que têm tratado a criança negra como inferior, por causa da cor de sua pele, e analisem os elementos didático-pedagógicos relativos ao seu processo de formação. Esses profissionais devem encontrar meios para que as crianças negras, desde a mais tenra infância, gostem de sua cor e se aceitem, caso contrário, isso poderá gerar uma autorrejeição e a rejeição ao outro de sua raça, o que é apontado pela sociedade como “racismo do negro”. Se não houver materiais pedagógicos de boa qualidade, para exemplificar com maior riqueza de detalhes a história desses personagens, os LD poderão causar na criança negra, por exemplo, uma imagem negativa e de inferioridade sobre sua história e refletir na rejeição em se dizer negro ou pertencer a esse grupo, além de lhes prejudicar a autoestima.

Convém enfatizar que a função da escola é de contribuir para que seus alunos ampliem suas experiências e aprofundem seus conhecimentos e de tratar das questões culturais que cada um traz. É por meio desse caminho que se constrói a identidade dos alunos, com a atenção voltada para suas origens e sua história, respeitando os direitos humanos e promovendo a convivência com o diferente.

Minha preocupação com essa temática surgiu pelo fato de já ter sido tratada com discriminação em uma escola particular quando criança. Foi em época junina. Iríamos dançar a quadrilha, mas meu par não queria dançar comigo e me chamou de negrinha do cabelo duro. Fiquei sem par e chorando, e a professora procurou outra pessoa para dançar com ele. Vivenciei essa situação na infância, mas, ainda hoje, o racismo é muito presente, e nada é feito para que esse tipo de prática seja combatido.

Apesar de termos uma diversidade cultural, o preconceito racial é um dos grandes problemas em nossa população, o que me motivou a tratar dessa temática. Atitudes racistas são recorrentes nas escolas. Assim como eu, que vivenciei o racismo na escola e fui tratada com discriminação e inferiorizada, muitas crianças se deparam com esse tipo de atitude, e os

professores, muitas vezes, silenciam e acabam reforçando o racismo com práticas pedagógicas que não valorizam a cor negra, mas a diferenciam dos demais e não fazem nada para mudar esse cenário desrespeitoso e inaceitável.

O momento decisivo para escolher essa temática aconteceu no quarto semestre do Curso de Pedagogia, quando cursei o componente curricular 'Educação de afrodescendentes' e percebi o quanto é necessário falar sobre as questões raciais, pois o racismo é uma prática absurda e está enraizada na sociedade, onde o negro é visto como inferior, sujo e incapaz. Isso afeta, desde cedo, o desenvolvimento da criança negra, que se sente excluída dos demais. O preconceito racial ainda é muito forte, razão por que é preciso falar sobre ele, que tem acontecido de forma silenciosa, despercebidamente. A disciplina me conduziu a fazer uma reflexão sobre as práticas racistas que acontecem com frequência, em todos os lugares, principalmente no ambiente escolar, por isso me interessei em estudar mais sobre o assunto. Partindo desses princípios, ao longo deste trabalho, trago uma abordagem sobre a construção da identidade da criança negra.

No que diz respeito à estrutura, este trabalho foi dividido em cinco capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais. No segundo capítulo, trazemos uma abordagem sobre o racismo no espaço escolar, as relações entre os estudantes e a atuação dos docentes, as ações que inferiorizam a criança negra, as práticas racistas que acontecem com frequência nas escolas e que são silenciadas e a discriminação racial; no terceiro, discutimos sobre a Lei 10.639/03 e situamos a trajetória do negro nas lutas para a criação dessa lei e sua inclusão nas escolas; no quarto, apresentamos a metodologia empregada no trabalho, de natureza qualitativa e bibliográfica, e a análise dos livros didáticos escolhidos para a pesquisa; no quinto, tecemos algumas considerações sobre os resultados finais a respeito do tema investigado.

2 O RACISMO NO ESPAÇO ESCOLAR: DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTUDANTES À ATUAÇÃO DOS/AS DOCENTES

“O racismo é construído nas relações que estabelecemos na sociedade, uma vez que a escola é uma das instituições que faz parte da nossa sociedade, ela também reproduz o racismo.” (BENTO, 1998, p.41).

A história do Brasil foi marcada pela colonização baseada no regime escravocrata. Essa conjuntura deixou uma herança para a sociedade brasileira - o racismo. Nesse percurso, o negro e a negra vêm se deparando, na escola, com diferentes olhares sobre seu pertencimento racial, sobre sua cultura e sua história, apesar de a escola ser considerada como um espaço de interação entre diferentes indivíduos e de sua função ser de acolher todos os alunos de forma igualitária, respeitando as diferenças e trabalhando para acabar com o preconceito existente no interior das escolas, visto que é um ambiente sociocultural.

Isso, no entanto, não é o que se constata na prática, porquanto a escola tem sido palco de exclusão e de disseminação de preconceitos e de discriminações. Como consequência, os alunos ficam excluídos do processo educacional e se sentem inferiorizados. No dia a dia, continuamos a presenciar situações de desigualdade até hoje, e o racismo, que antes era praticado “livremente”, passou a ser “silencioso” é, muitas vezes, considerado inexistente. A identidade racial negra é formada em sua trajetória escolar, portanto a escola é de grande importância social e educativa, visto que a construção da identidade étnico-racial se dá na interação com o outro. O racismo é cada vez mais frequente em nossa sociedade, mas de forma sutil, por estar enraizado na sociedade desde os tempos da escravidão.

Munanga (2000) ressalta que é no ambiente escolar que nos deparamos com todos os tipos de preconceito e que os profissionais da Educação, que são responsáveis pela formação dos estudantes, não estão preparados para lidar com as diferentes culturas e não tomam nenhum tipo de atitude e não esperam muito do aluno negro. Outro ponto que o autor destaca em seus argumentos diz respeito ao programa curricular e ao próprio livro didático, que só valorizam a cultura europeia, o que gera vários tipos de preconceito. Todos esses problemas são muito sérios e agravantes e fazem com que a escola não cumpra seu dever de educar, de socializar e de formar verdadeiros cidadãos e cidadãs.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 2º, estabelece:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p.8).

A escola desempenha um importante papel na formação dos alunos, que é de oferecer um ensino de boa qualidade para que a cidadania seja efetivada no ambiente escolar. De fato, ela acontece na teoria e muito bem, todavia, na prática, as coisas funcionam de forma bastante diferente, pois muitas crianças não encontram nas instituições escolares condições para se desenvolver intelectualmente, perdem o estímulo, e tudo isso interfere em sua aprendizagem.

Por essa razão, a escola deve estar comprometida e olhar para a diversidade de alunos que se encontram em contextos diferentes - familiar, econômico, social, religioso e étnico. Deve, ainda, preocupar-se com o processo de desenvolvimento de cada criança, atribuindo-lhes valores importantes para sua formação, e prepará-las para que possam tornar a sociedade mais democrática. Portanto, como é na escola onde a criança irá se desenvolver, é fundamental que lhe proporcionar um ensino de boa qualidade e educá-la dentro dos princípios democráticos.

O racismo interfere na entrada dos negros no ambiente escolar e os impede de terem uma boa educação, e quando conseguem adentrar os espaços educacionais, são tratados com discriminação e excluídos tanto das unidades particulares quanto das públicas. Muitas das vezes, expectativas e atitudes dos professores a respeito das crianças são determinantes para sua aprendizagem, porque:

Preconceitos e atitudes discriminatórias por parte dos professores, baseados em raça, língua, gênero, condição socioeconômica ou qualquer outro fator, incidem, de maneira decisiva, nos processos e nos resultados de aprendizagens das crianças. Estudos mostram que os mesmos professores se comportam de maneira diferente em escolas de setores pobres, têm uma visão negativa dos pobres, julgam seus alunos a partir de suas famílias e seu meio, esperam pouco deles e lhes exigem menos, tudo o que contribui a reproduzir o círculo vicioso da baixa autoestima e o baixo rendimento escolar. (TORRES, 1995, p.49, apud SCARPA, 1998, p.59).

Esse fragmento denota que as pessoas negras são rejeitadas no espaço escolar, onde muitas vezes, o docente mantém uma postura oculta diante de tais práticas ocorridas na sala de aula, e a criança é tratada de forma desigual, por causa da cor de pele, do jeito de seus cabelos,

ou dos traços do seu rosto. Acredita-se que a escola tem um padrão hegemônico de superioridade da cultura europeia, tanto histórico quanto estético.

É nesse padrão em que a escola se enquadra, desqualificando todos os que não estão dentro dos padrões estabelecidos pelo povo branco. Enfim, mesmo que o Brasil tenha alcançado índices de acesso das crianças à escolarização, grande parte das que são negras ainda são afetadas por sua imagem.

A prática do racismo é inaceitável e tem se manifestado de várias formas e em vários lugares, principalmente nas instituições escolares. Quando pronunciamos a palavra 'racismo', não podemos dissociá-lo das práticas de preconceito e de discriminação. Melo e Careno, apud Sant'na (2005) racismo é uma ideologia baseada no conceito de que existem diferentes raças e que uma é superior às outras. É uma visão que tem se direcionado a um indivíduo ou grupo de indivíduos, uma atitude totalmente desrespeitosa que é praticada no nosso cotidiano. Desde crianças, aprendemos a enxergar o outro de forma hierarquizada. Em relação ao preconceito, o autor coloca que é “uma opinião pré-estabelecida, imposta pelo meio, época e educação” (MELO, CARENO, 2015, p.191, apud SANT'NA 2005, p.62). Portanto, o preconceito é resultado de uma ideia formada por pessoas que se prendem aos seus conceitos e deixam de aceitar o outro lado dos fatos.

Quanto à discriminação, ele define como “conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros” (p.63). Portanto, discriminar significa excluir, diferenciar uma pessoa por ter características específicas e diferentes. Assim, um conceito está interligado com o outro e ambos devem ser abordados, para que possamos estar cientes da gravidade que existe nessas ações. Na escola, acontecem, com frequência, práticas racistas que prejudicam o desempenho escolar da criança negra, que sofre vários tipos de agressão verbal e física. Essas práticas precisam ser impedidas, pois a escola não deve aceitar que atitudes racistas aconteçam.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (2004):

Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática. (BRASIL, DCN, 2004, p.14).

Em consonância com a citação acima, podemos afirmar que os negros são excluídos socialmente, que o ideal de beleza é o branco e que a cultura europeia é valorizada, o que causa a exclusão das outras etnias. Podemos observar que a cultura africana é negada e desvalorizada, e a ideologia da superioridade do branco está enraizada na sociedade há muito tempo, principalmente nas escolas, em que ele atinge diretamente as relações humanas.

Nessa perspectiva, a escola, como um ambiente sociocultural, precisa problematizar conceitos como discriminação, preconceito e racismo e abordar sobre o negro e seu papel na sociedade de forma positiva, para que a criança negra possa construir sua identidade. Para isso, são necessárias práticas pedagógicas que respeitem a diversidade humana. Assim, espera-se que a criança negra comece a valorizar seus traços fenotípicos e ter a autoestima elevada, com práticas que valorizem a diversidade étnico-racial.

O educador e todo o corpo escolar devem priorizar um ensino que valorize a cultura afro e a africana do nosso país. O racismo é reflexo de uma construção histórica brasileira refletida em ações que afetam negativamente o negro, relacionado ao seu passado histórico escravista. Então, é necessário que a escola tenha consciência do seu papel transformador e desenvolver mecanismos para desmistificar o preconceito racial. Alguns profissionais, como mediadores que são no processo de ensino e aprendizagem, acabam reforçando a transmissão desses estereótipos e preconceitos.

O racismo é uma prática que, de certa forma, é camuflada nas escolas, como se só existisse no imaginário, e não, na realidade cotidiana. O docente silencia diante de atitudes racistas, e a escola não está preparada para enfrentar os preconceitos e a discriminação que acontecem nas salas de aula. Portanto, devemos nos conscientizar de que todos nós temos o nosso valor e que não é a cor da pele que determina quem somos e o papel que devemos desempenhar na sociedade. O fragmento abaixo confirma essa assertiva:

A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola. (BRASIL, DCN, 2004, p.16).

A escola é um espaço educativo, portanto deve trabalhar com práticas que priorizem o respeito às diversidades e valorizar a cor negra, principalmente, que tem sido alvo de total desrespeito e humilhação nas escolas. Segundo Cavalleiro (2006, p.22):

Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daquele/a aluno/a identificado/a como negro/a. Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos/as negros/as, sinalizam que também, na vida escolar, as crianças negras ainda estão sob o julgo de práticas racistas e discriminatórias. (CAVALLEIRO, 2006, p.22).

Então, para combater esse tipo de prática, as instituições escolares e seus professores devem estar preparados para acolher a diversidade étnica com um trabalho educativo direcionado à valorização da diversidade. A escola desempenha um importante papel na prevenção e na diminuição do preconceito racial, com atitudes de aceitação da criança negra. Certamente, o caminho rumo a uma sociedade verdadeiramente democrática requer educação e reeducação. Entretanto os educadores não estão preparados para lidar com as diferenças, e isso é muito visível, porquanto os LDs utilizados estão repletos de lacunas, e os professores os reproduzem na sala de aula. Todos nós sabemos que a escola deveria ser um espaço igualitário, de respeito às diversas culturas, mas o que vemos são atitudes racistas, transmitidas pelos próprios professores. Nesse contexto, é preciso que se tenha uma reflexão sobre a prática pedagógica e o discurso “teológico” de que o fato de sermos todos iguais não minimiza o preconceito, visto que a discriminação acontece de forma muito evidente. Sob o ponto de vista de Cavalleiro:

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos(às) alunos(as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais. (CAVALLEIRO, 2006, p.23).

Há que se ressaltar que o silêncio dos profissionais nos espaços escolares reforça o racismo, o que prejudica o processo identitário da criança negra, e o branco acaba sendo representado como superior ao negro. Esse é um problema que não deve ser passado despercebido como se não tivesse importância. As práticas racistas não devem ser ocultadas.

Que pessoas uma escola estará formando com esse tipo de atitude? Muitos profissionais não enxergam a discriminação como um problema e a silenciam em situações de preconceituosas.

Cada criança tem uma etnia diferente, e isso deve ser respeitado por todos os que fazem parte do corpo escolar. Os educadores devem ministrar suas aulas de acordo com a realidade dos educandos, que devem ser valorizados, porque cada indivíduo é especial em seu jeito de ser e, independentemente da cor de sua pele e de suas características físicas, têm o direito de ser bem recebidas e bem acolhidas pela escola de forma igualitária. Moura assevera que:

A escola não leva em conta o saber diferenciado que o aluno pode trazer da vivência no seio de sua família, aprendido com seus pais e avós ou no seu meio social de origem. Assim, ela desconhece a origem étnica dos alunos e a formação cultural de sua clientela. Mais ainda, a hegemonia desse modelo exclusivo tem consequências que se estendem por todo o sistema educacional. (MOURA, 2005, p.79).

A escola só transmite o que está escrito nos LD - a parte em que os negros são escravizados e inferiorizados – e não prepara seus alunos para respeitarem a diversidade. Como consequência disso, forma pessoas preconceituosas, visto que só reproduzem o racismo. Isso mina o processo de aprendizagem, a criança afrodescendente não se vê como parte da história e acaba internalizando o estereótipo racista. Nesse sentido, a escola tem sido palco de exclusões e de disseminação de preconceitos e discriminações. Essa realidade promove a exclusão dos alunos, e eles são tomados por um sentimento de inferiorização racial.

Portanto precisamos refletir sobre estamos educando pessoas para reconhecerem a igualdade humana ou colaborando para que a discriminação continue a se manifestar no espaço escolar.

2.1 DISCRIMINAÇÃO RACIAL: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONFLITOS ÉTNICO-RACIAIS

“Nos últimos anos, muitos olhares têm se voltado à questão das relações, dos cotidianos, das situações surgidas em sala de aula, apontando o quanto ocorre de discriminação no espaço escolar.” (CAVALLEIRO, 2001, p.103).

A trajetória dos negros no Brasil, ao longo da história, é marcada por discriminação racial no espaço escolar e práticas discriminatórias que são reproduzidas constantemente. A escola é um dos locais onde as manifestações racistas e discriminatórias acontecem com frequência, ao invés de serem amplamente combatidas. Esse ambiente escolar, por sua vez, tem

o dever de abrir os olhos dos alunos para a história de um continente marcado por diversidades e complexibilidade.

A Teoria da Democracia Racial foi criada para omitir as diferenças e as desigualdades sociais e fundamentar a homogeneização cultural, em que se cultiva a ideia de que brancos e negros viviam na mais perfeita harmonia e tolerância. Isso fortalece a concepção de ausência de conflitos e de racismo e de preconceitos étnicos ou discriminação.

O mito de democracia racial, mito segundo o qual no Brasil não existe preconceito étnico-racial e, conseqüentemente, não existem barreiras sociais baseadas na existência da nossa diversidade étnica e racial, podemos então enfrentar o segundo desafio de como inventar as estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo. (MUNANGA, 2005 p.18).

As escolas, assim como a sociedade, ainda são influenciadas pelo mito da democracia racial, e isso desvia nossos olhares dos problemas e dos impactos que o racismo gera. Por isso, cabe à escola e ao docente utilizarem as ferramentas necessárias para erradicar práticas discriminatórias e incluir em sua prática pedagógica conhecimentos sobre a cultura afro, uma vez que promover conhecimento é consolidar os direitos dos cidadãos e das cidadãs, para que possam fazer parte do espaço escolar.

Nessa perspectiva, o docente pode dispensar as ações em que se discrimina o outro, e os professores e os demais atuantes da educação, ao ignorar as práticas discriminatórias que estão presentes com muita força nas instituições escolares brasileiras, além de desconsiderar a importância de trazer para sala de aula um assunto importante para a maioria de seus alunos, vítimas dessa omissão, o que perpetua a discriminação.

Como a escola é um espaço de formação de cidadãos e cidadãs e de construção de identidades, deve tratar da inclusão étnico-racial nas atividades desenvolvidas em sala de aula, com uma visão positiva das relações étnico-raciais que possibilitam e consolidam o pensamento coletivo da identidade afro-brasileira e suas raízes históricas de forma mais ampla. Assim, as relações entre os alunos vão sendo construídas desde cedo, aberta às diferenças, o que contribui profundamente para a perspectiva de uma sociedade mais igualitária e plural.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas

de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (BRASIL, DCN, 2004, p.15).

Assim, a intenção é de compreender como são estabelecidas as relações raciais em um dos espaços mais estruturantes de nossa sociedade - a escola – e como contribui para construir a identidade das crianças negras. Portanto, as discriminações raciais que ainda resistem/existem em nossas salas de aula são reflexos da construção histórica da sociedade brasileira. Portanto, pensando na educação para o respeito à diversidade, o docente deve ter um plausível conhecimento histórico do surgimento de tais preconceitos, para que possa desconstruí-los e entendê-los e rever suas posturas, guiando as crianças para um convívio mais respeitoso entre elas. Nesse sentido:

O trabalho de educação antirracista deve começar cedo. Na Educação Infantil, o primeiro desafio é o entendimento da identidade. A criança negra precisa se ver como negra aprender a respeitar a imagem que tem de si e ter modelos que confirmem essa expectativa. Por isso, deve ser cuidadosa a seleção de livros didáticos e de literatura que tenham famílias negras bem sucedidas, por exemplo, heróis e heroínas negras. (BENICE, 2004, p.21).

Assim, a criança negra passa a valorizar seus traços fenotípicos e a ter uma autoestima elevada, pois as demais crianças, em um contexto de respeito e de valor da figura do negro na escola, terão uma percepção positiva e tratarão a criança negra com respeito e benevolência. Assim, ela sentirá que sua etnia é respeitada em todas as suas singularidades e passa a aceitar e a construir harmoniosamente sua identidade.

Sabemos que a escola é um dos ambientes mais atingidos pelas desigualdades étnico-raciais, por ser um espaço onde convivem várias crianças de culturas diferentes, e os tipos de discriminação nos ambientes escolares aparecem desde o currículo formal, que recusa diversos modos de expressão cultural e atravessa a linguagem não verbal até atingir o nível de conduta e das atitudes explícitas.

A escola é uma instituição onde convivem conflitos e contradições, e a discriminação racial, existente no contexto social brasileiro, está também presente nas relações entre educadores e educandos, assim como entre os/as educadores/as e entre alunos e alunas (GOMES, 1995).

A discriminação racial é um problema sério e está presente acentuadamente no ambiente escolar, com consequências que marcam profundamente o aspecto psicológico das crianças

negras. Esse tipo de discriminação envolve exclusão, distinção e desprezo pelo outro, nas relações entre os profissionais e os alunos no interior das escolas.

Sobre a discriminação racial, o fato de não se comentar sobre ela é como se estivessem procurando algo que não existe, e isso reforça ainda mais o preconceito e nos leva a inferir que, em silêncio, ninguém iria se preocupar com as atitudes discriminatórias. Gomes (1995) assevera que:

[...] as relações raciais estão postas em nossas escolas, de forma bem clara aos nossos olhos, mas há medo e recusa em discuti-las, seja por considerá-la um assunto não relevante (em primeiro lugar vem a discussão em relação a classe social, ou seja, o negro é discriminado porque é pobre), seja por medo de enfrentar a diversidade: se somos iguais, para que insistirmos em pontuar diferenças?

Entendemos que as práticas racistas são silenciadas pelo educador, e as crianças negras acabam se sentindo inferiores, com baixo-autoestima. Essa é uma situação preocupante, que deve ser combatida pelos docentes como mediadores da educação. Ao chegar à idade escolar, as crianças encontram um mundo totalmente diferente, em que as pessoas lhes direcionam um olhar diferente, que impede seu pleno desenvolvimento emocional e intelectual logo que chegam à sala de aula. Muitas são perseguidas, humilhadas, segregadas, excluídas e estigmatizadas por colegas e, às vezes, até mesmo por professores.

Ainda nesse sentido, Eugênia Foster (2004) nos lembra de que a escola silencia o racismo até mesmo quando fala sobre a questão racial. “Todos se dizem não racistas, mas apontam o racismo no colega” (FOSTER, 2004, p.9). Segundo Foster, nas instituições escolares, vêm acontecendo discussões sobre o respeito à diversidade cultural e a diferença, entretanto poucas têm trabalhado para combater o racismo, e isso dificulta que seja erradicado. Ela acrescenta que, “embora o racismo seja negado no falar, é confirmado com frequência no dia-a-dia, durante a prática de nossas escolas. É surpreendente como, além da simples omissão, o recurso que mais se adota para a questão racial é o silêncio” (FOSTER, 2004 p.9).

De acordo com Pessanha (2003), devemos receber a criança na escola de forma que se sinta bem acolhida e proporcionar-lhe meios para que amadureçam conscientes de sua identidade e possam reivindicar seus direitos de cidadão/ã, porquanto todos são considerados “iguais” perante a lei, independentemente da cor da pele. Destacamos a importância e a responsabilidade do nosso papel de educadores para efetivar essas questões nas práticas pedagógicas, como sujeitos de um processo transformador dos espaços de atividades docentes.

Assim, todos nós, profissionais da Educação, devemos trabalhar para dar à criança negra condições adequadas para que ela construa uma identidade positiva de si mesma. Isso se justifica porque temos visto que a escola, que deveria se destinar a acolher todas as crianças, independentemente de sua origem étnica, não recebe a criança negra com esse acolhimento, com essa inclusão, pelo fato de não levar para sua rotina práticas por meio das quais ela reconheça positivamente sua aparência, sua cultura e seus costumes.

Devemos adotar uma educação antirracista, em que as diversidades étnicas sejam entendidas, para acabar com os conflitos existentes nas escolas, pois, só assim, será possível formar sujeitos menos preconceituosos.

A prevenção de práticas discriminatórias, penso, requer um trabalho sistemático de reconhecimento precoce da diversidade étnica e dos possíveis problemas que o preconceito e a discriminação acarretam em solo brasileiro, desde a educação infantil - familiar e escolar. Tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram muito sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta. (CAVALLEIRO, 2006, p.38).

Sob nosso ponto de vista, uma prática pedagógica deve considerar a diversidade étnico-racial do cotidiano escolar e pensar (e repensar) no currículo e nos conteúdos escolares a partir dessa realidade tão diversa. O que se quer é uma educação voltada para o multicultural, que vise à tomada de consciência sobre a pluralidade cultural e em que se lute para vencer os preconceitos. Todos os povos, raças e culturas lutam para encontrar sua identidade e, sobretudo, preservá-la.

No momento atual, tem-se discutido com frequência sobre as desigualdades raciais, principalmente nos espaços escolares. Nesse debate, destaca-se a necessidade de edificar uma escola justa, que reconheça a diversidade cultural e que insira em sua prática pedagógica os conhecimentos dos grupos ou culturas excluídos. Todavia, apesar de um possível reconhecimento da necessidade de transformar a escola em um ambiente que contemple todas as culturas, os profissionais têm dificuldade de executar essa proposta.

Nessa perspectiva, nota-se que muitos se negam a incluir em sua prática pedagógica a temática racial de forma positiva, e outros são despreparados e ainda reproduzem a história do negro sendo escravo, mas sem retratar a história de lutas e de superações vivenciadas pelo povo negro. Por isso é preciso fazer uma transformação nas escolas e mudar práticas que têm reforçado o racismo. Professores, coordenadores, gestores e todo o corpo escolar precisam estar

atentos a esses tipos de atitude que acontecem nos ambientes escolares e procurar fazer mudanças imediatas que possam acabar com o preconceito racial em nossa sociedade.

2.2 O PAPEL DO/A PROFESSOR/A NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA

Ao olhar para alunos que descendem de africanos, o professor comprometido com o combate ao racismo deverá buscar conhecimentos sobre a história e cultura desse aluno e de seus antecedentes. E ao fazê-lo, buscar compreender os preconceitos embutidos em sua postura, linguagem e prática escolar; reestruturar seu envolvimento e se comprometer com a perspectiva multicultural da educação. (SANTANA, 2006, p.41, apud ROMÃO, 2001, p20).

Assim, o papel do docente no espaço escolar é sobremaneira importante, porque ele é o mediador no processo de conhecimento e deve trabalhar com conteúdo que não viole o negro, para que os alunos conheçam a história da cultura afro-brasileira e africana. A identidade da criança negra está em processo de construção e se constitui nas relações sociais, por isso é fundamental que ela encontre em sua escola elementos significativos referentes à sua etnia que lhe elevem a autoestima. Ela precisa saber que nossa sociedade é formada por diversos grupos étnicos, e o educador tem a responsabilidade de se comprometer em romper com ações racistas e discriminatórias direcionadas à criança negra e que a atinge completamente.

Porém, na realidade, as coisas acontecem de uma maneira bem diferente, pois vemos professores despreparados para lidar com a temática racial. Existe uma grande resistência em relação ao ensino da cultura afro-brasileira e africana que transmita o valor do negro na sociedade, e um dos materiais mais utilizado pelo professor é o livro didático, em que a imagem negativa do negro para as crianças. “O despreparo dos professores, o conteúdo dos livros didáticos, a discriminação, a cultura elitista. Tudo isso contribui para que essa criança se sinta insegura, desestimulada e acabe se mostrando incapaz” (MUNANGA, 2000, p.14).

Nos livros didáticos, o racismo aparece claramente. A Lei 10639/03 tem o objetivo de estabelecer mudanças nas práticas pedagógicas, para reverter a visão estereotipada sobre a população negra, e o professor precisa ter esse novo olhar sobre a história afro-brasileira e não continuar reproduzindo o que está escrito nos materiais didáticos. Muitos educadores se encontram despreparados em relação ao ensino da cultura africana e precisam se qualificar bem mais. Os conceitos racistas que foram internalizados são transmitidos de forma inconsciente. Nesse contexto, o racismo acontece com frequência com as crianças negras, e o professor

silencia diante de tais práticas. Por essa razão, deve avaliar sua prática e procurar cumprir a Lei 10639/03, para que possamos ter um ensino igualitário.

A falta do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana por parte dos educadores não favorece a disseminação de uma educação voltada para o respeito às diferenças, e o educador acaba transmitindo aos alunos uma superioridade branca e envolvendo o cotidiano escolar com práticas prejudiciais ao negro, conformando a divisão e a hierarquização racial.

Alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional (MUNANGA, 2005, p.15).

Portanto, o professor deve contribuir para que a criança negra conheça a essência de suas raízes. É necessário discutir sobre a diversidade nas escolas, desde a infância, combatendo ideias racistas que vêm sendo construídas ao longo dos anos, e contextualizar a realidade da criança negra, conhecendo seus aspectos culturais e históricos. Então, tratar das relações étnico-raciais na educação infantil implica desenvolver na criança negra a consciência de que a cor da pele não representa atributos por meio dos quais se possa medir o valor das pessoas. Se agir assim, o professor estará contribuindo para que a criança negra se aceite.

O educador deve ter em mente a responsabilidade que lhe cabe no desenvolvimento da criança negra, cuidar para não reforçar atitudes racistas e trabalhar a conscientização e a autonomia delas, para que cresçam respeitando o diferente, que também é seu semelhante, com atividades que promovam a interação, introduzindo trabalhos pedagógicos voltados para a diversidade cultural. A identidade da criança negra é construída nas relações sociais, primeiramente, no meio familiar, e segundo, no espaço escolar, a criança busca referência nos adultos.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (BRASIL, DCN, 2004, p.15).

Nesse sentido, podemos afirmar que é necessária uma formação docente para melhorar sua prática pedagógica e contribuir para combater a discriminação racial, o que requer uma formação crítica, reflexiva e multicultural. A pluralidade cultural tem que ser discutida na sala de aula, e o educador deve mostrar que a criança negra não é diferente das demais, que vai construindo sua identidade por meio de experiências vividas. Então, vemos que o papel do professor é muito importante para a construção da identidade da criança negra.

Sabemos que o racismo é construído socialmente nas relações com outras pessoas e que precisa ser desconstruído, porquanto a reprodução dessas práticas discriminatórias está cada vez mais ganhando forças, porque vivemos em um mundo em que as pessoas só conhecem o trato negativo do negro. É aí que o professor entra para educar para a igualdade.

A criança negra vai construindo aos poucos sua identidade, através de seus colegas, e se socializando por meio de brincadeiras, de leituras, de músicas e de danças, atividades que são importantes e fundamentais para seu desenvolvimento. O professor, como mediador, tem um papel de destaque juntamente com as crianças, proporcionando uma boa educação, e a escola é um espaço que deve transmitir alegria, segurança, paz e onde as crianças gostem de estar e se sintam bem, pois, como é um espaço educativo, deve cultivar a igualdade entre as diversas culturas presentes.

É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade e será capaz de rerepresentar o mundo atribuindo significados a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bem, o mal, o feio, entre outras coisas, começam a se constituir nesse período. (SANTANA, 2006, p.31).

Vemos que esse é um momento muito importante para a criança, cuja identidade vai se construindo na interação com o outro, por isso é importante que, desde cedo, o educador trabalhe com a autoestima da criança negra, porque ela percebe, no cotidiano escolar, quando sua etnia é rejeitada.

Durante uma roda de leitura, quando, nas histórias infantis, o personagem principal é de cor branca, e o negro não é abordado nem no LD nem em outras atividades trabalhadas pelo professor, a criança não se reconhece nas histórias, porque o negro não está presente no contexto escolar, onde a cor branca é sinônimo de beleza e aceita socialmente. Dessa forma, o educador acaba levando para a sala de aula estereótipos já estabelecidos e convencionados pela sociedade.

“Geralmente, quando personagens negros entram nas histórias, aparecem vinculados à escravidão. As abordagens naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor. As histórias tristes são mantenedoras da marca de condição de inferiorizados” (LIMA, 2005,

p.103). Esse padrão já estabelecido pela sociedade exclui a criança negra e influenciará diretamente sua construção identitária. É importante, também, falar sobre os brinquedos. A maioria das meninas brincam com a boneca loira, de olhos azuis, cabelos lisos. Esse é o tipo de brinquedo apresentado como belo para as crianças, que acabam adotando esse modelo de beleza, porque não são estimuladas a brincar com bonecas negras, de cabelos cacheados. Por isso o professor pode utilizar esse material para mostrar que ambas as bonecas são belas.

A educadora, por sua vez, é um ser humano possuidor de singularidades e está imersa em determinada cultura que se apresenta na relação com o outro (igual ou diferente). Manifestar-se contra as formas de discriminação é uma tarefa da educadora, que não deve se omitir diante das violações de direitos das crianças. (SANTANA, 2006, p.32).

Portanto, como facilitador no processo de ensino e aprendizagem, o educador não deve se calar diante de atitudes racistas que acontecem no ambiente escolar e deve rever sua prática pedagógica, para saber se está contribuindo para uma identidade positiva da criança negra ou reforçando o racismo por meio de materiais didáticos, brincadeiras e discursos. É importante que possamos refletir sobre esses tipos de ação, porquanto não podemos deixar que a criança negra seja diferenciada das demais e tratada de forma desigual, inferiorizada, pois isso é inaceitável.

Entre as diversas formas como as práticas discriminatórias são expressas, não podemos deixar de mencionar os apelidos, as piadas preconceituosas direcionadas às crianças negras, os olhares desconfiados e a exclusão do convívio social. Muitas vezes, esses tipos de ação são considerados como brincadeiras, como algo que não tem importância, e isso é muito sério. Por esse motivo, o professor precisa tomar atitudes imediatas em relação a esses tipos de comportamento, pois, se tomar uma atitude, estará, de alguma forma, aceitando práticas de preconceitos no ambiente escolar.

Concordamos que “a construção da identidade negra não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas também na relação com o olhar do outro, do que está fora” (GOMES, 2008, p.20). Podemos compreender que a criança vai construindo sua identidade na forma como é olhada pelos outros, diretamente relacionada à autoimagem, as suas características negras, com cabelo crespo e olhada pela sociedade de forma preconceituosa, como negra do cabelo duro, ruim. Essa é uma ação totalmente racista, pois a cor da pele já é uma forma de classificar quem é branco e quem é negro em nossa sociedade, portanto o cabelo e a cor da pele são os mais discriminados pela população.

Diante do que foi exposto, vemos que a criança negra, sobretudo a menina negra, não consegue se deslumbrar com o seu cabelo crespo, o nariz largo e a pele escura. Ela incorporou um padrão de beleza que se contrapõe aos seus traços fenotípicos e, com essa referência estética, é levada a construir a autoimagem. Ela é vítima desse padrão. Na concepção de Henriques (2002, p.11):

Dentre as violências experimentadas pelas crianças negras, está à negação do direito a uma imagem positiva que tem, particularmente sobre a autoestima das meninas negras, o seu efeito é danoso, sobretudo pela importância que a valorização estética tem sobre a condição feminina em nossa sociedade. (HENRIQUES, 2002, p.11).

Dessa forma, a criança negra passa a não gostar de ser da forma como é, a querer mudar o cabelo e a não se aceitar, o que acaba gerando um conflito identitário. Isso afeta emocionalmente a criança negra, que não pode mudar suas características raciais que a natureza lhe deu.

O professor, como mediador da educação, tem uma participação significativa no processo de ensino das crianças, pois é no espaço escolar onde ela buscará suas referências para se socializar com os demais e que o docente contribua de forma positiva, para construir e fortalecer a identidade da criança negra.

Compreendemos que a escola tanto pode ser um espaço de disseminação quanto um meio eficaz para prevenir e diminuir o preconceito. O educador é peça fundamental na luta contra a propagação de práticas discriminatórias, e a educação tem um papel essencial para mudar esse cenário e desconstruir ideologias que possibilitem o reconhecimento e a aceitação dos valores culturais.

Nesse sentido, a inserção dos conteúdos de história e de cultura africana e afro-brasileira vem enriquecer a formação social e cultural das crianças, e a lei garante a percepção da identidade negra do indivíduo, fazendo com que ele crie um sentimento de pertencimento, que se encontre em sua vertente cultural, demonstrando conhecimento de sua cultura e orgulho de fazer parte dela.

O papel do professor é indispensável para o seu fazer educativo e para a construção identitária da criança negra, porquanto ele é um profissional da educação que deve se preocupar com o desenvolvimento futuro dela.

3 A LEI 10.639/03: ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS

A Lei 10639/03 determina a obrigatoriedade de estudos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira nos diferentes níveis de ensino da educação básica e estabelece como conteúdo programático nas disciplinas do currículo “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a história do Brasil” (BRASIL, 2003, p.1).

Desde a década de 1970 que o movimento negro vem lutando para incluir a história do negro no currículo escolar. Essas primeiras iniciativas foram impulsionadas quando o Movimento Negro constatou que os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs - abordam a temática racial/étnica na “pluralidade cultural em forma de orientação genérica, sem mais consequências na produção de políticas educacionais”. O Movimento Negro já alertava que a evasão escolar não se dava somente por causa do déficit financeiro, mas também pela questão do racismo presente nos livros didáticos e a falta de conteúdos que valorizassem a identidade da criança negra no currículo escolar.

A partir de 1980, a ONU fez uma campanha mundial contra a discriminação racial e todas as formas de intolerância. Assim, as mudanças na sociedade foram acontecendo ao longo do tempo, em relação ao contexto étnico-racial, por meio de muitas lutas lideradas pelo Movimento Negro, que reivindicava o acesso à educação e um ensino de boa qualidade. Foi em meio a esse contexto de lutas que, em nove de janeiro de 2003, foi homologada a Lei 10.639/03, no sentido de contemplar a cultura africana e a afro-brasileira como elemento fundamental da nossa cultura, o que representa uma grande conquista na luta contra a desigualdade racial, principalmente no âmbito educacional. Contudo se criou uma imagem estereotipada do negro como um indivíduo que pertencia a uma “raça inferior”. Essa avaliação explicitava o preconceito racial e incentivava, segundo Kabengele Munanga, a ideologia da superioridade do homem branco:

Apesar do processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças de negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na negritude e na mestiçagem, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca por a julgarem superior (MUNANGA, 2006, p.16).

Nesse sentido, vimos que o branco passou a ser bem superior ao negro. Na escola, vemos muitas situações de discriminação e muitos alunos com uma rica bagagem cultural de costumes,

hábitos e tradições diferentes, que são rejeitados por causa de seu pertencimento racial, adotam a cor branca como padrão de beleza superior e não gostam da própria cor, o que é uma situação bem preocupante nas escolas e em todas as esferas sociais.

A Lei 10.639/2003 é considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram e um ponto de partida para uma transformação social. Na política educacional, a implementação da Lei 10.639/2003 significou uma ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Essa lei deve ser encarada como um desafio fundamental no conjunto das políticas que visam melhorar a qualidade da educação brasileira para todos e todas.

Os negros sempre foram desqualificados por meio de atitudes violentas, e os brancos sempre expressando sentimento de superioridade. Isso é resultado de uma cultura do poder e da desigualdade que está enraizada em nossa sociedade e presente nos ambientes educacionais, porquanto:

A educação brasileira insere-se nesse viés, pois o que se observa nas escolas são os estudos de uma cultura europeizada, como se o povo brasileiro tivesse sido formado apenas pelos portugueses que para cá vieram no Século XVI. Os cursos de formação dos docentes tendem a transmitir aos futuros professores uma concepção homogênea (MEC, 2006: p.126).

Assim, podemos observar que a história do negro é oculta, fruto de uma hierarquia e de uma desigualdade. Nas escolas, a cultura europeia é considerada como superior para os africanos e transmitida nos currículos escolares por meio de práticas pedagógicas inseridas nos materiais didáticos, em que o negro sempre é visto como inferior aos demais.

A educação para os afro-brasileiros passou por muitas transformações, que sempre foram intrínsecas as questões sociais. O primeiro Decreto de que tivemos conhecimento - o nº 1331, “de 17 de fevereiro de 1854 - estabeleceu que, nas escolas públicas do país, não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores” (MEC, 2005: p.7).

Naquele período, no Brasil, o negro não tinha direitos, mas deveres, pois era visto como objeto de propriedade de seu senhor, largado à sorte, como um animal, em uma sociedade racista onde só o branco tinha privilégios. Era um ser de raça inferior, de baixa eugenia, “que não possuía potencial intelectual para o estudo” (VASQUEZ apud ESCOBAR, 2010: p.44).

Afirmamos que a implementação efetiva da Lei 10.639/2003 é refletida em um novo desenho de política educacional, que articule o Ministério da Educação em seu conjunto, a fim

de combater o racismo e valorizar a educação das relações étnico-raciais. Essa lei promoveu mudanças na LDB, alterou a Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu a obrigatoriedade da educação para as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a fim de resgatar a contribuição do povo negro. Depois que a Lei 10639/03 foi incluída nos debates sobre as relações raciais no Brasil, eles ficaram mais intensos.

Uma das preocupações do movimento negro voltava-se, principalmente, para a educação. Segundo Gonçalves e Petronilha (2000):

Como os negros militantes buscavam reagir à precária situação educacional de seu grupo étnico exigiu deles um tipo de compromisso pessoal, de engajamento direto para resolver um problema que não era exclusivamente dos negros, mas era um problema nacional. (GONÇALVES, PETRONILHA, 2000, p.145).

Notamos que os negros tiveram muitas dificuldades de se inserir nas escolas, pois eram excluídos da sociedade e discriminados nos ambientes escolares. Isso resultou na desigualdade entre negros e brancos. Os negros lutaram para afirmar sua identidade e a luta de movimentos engajados, a fim de que fossem vistos como sujeitos da história, e não, como um objeto qualquer.

Nessa perspectiva, a inclusão do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, além de ampliar o conhecimento que temos dessa cultura, supõe um novo olhar sobre a história dos negros e suas possíveis relações com o percurso histórico brasileiro. O objetivo da Lei 10639/03 é de cooperar para ultrapassar a barreira dos preconceitos e das atitudes discriminatórias, por meio de ações pedagógicas que incluam o estudo da influência africana na cultura nacional.

Assim, de acordo com as diretrizes dos citados PCNs, a sociedade brasileira é constituída de diferentes etnias, razão por que se devem respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem, combatendo o preconceito e a discriminação:

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 2000, p.32).

Ao analisar a Lei 10.639/03, que introduziu nos currículos escolares os conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira, percebeu-se que seriam necessários novos olhares sobre o currículo do nível educacional em questão, para se atingir uma formação cidadã que contemple todas as culturas de forma igualitária. Sobre os docentes recai a grande responsabilidade de promover a conscientização do combate ao racismo e à discriminação, manifestados, muitas vezes, em piadas e brincadeiras nas salas de aula.

No que diz respeito à educação infantil, é responsável pela formação do sujeito como parte integrante da sociedade, visto que é nessa fase em que a criança ultrapassa o ambiente familiar e começa a interagir coletivamente em outros ambientes sociais. Convém lembrar que a história do negro no Brasil não se resume à escravidão. Esse foi um grande episódio, porém limitar a identidade do negro afro-brasileiro e africano a esse acontecimento é ignorar toda a sua historicidade e sua matriz cultural, que contribuiu para formar a cultura do nosso país e do ser brasileiro. De acordo com os DCNs, para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, publicadas em 2004, são necessárias:

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão. (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p.11).

Isso justifica o quanto a efetivação da Lei 10.639/03 é importante, na medida em que é um mecanismo propulsor de ações e de programas voltados para a diversidade étnico-racial. Adotar os ditames dessa lei significa transpor os limites da educação e compreender a dinâmica das relações raciais no Brasil. Sua meta é de garantir aos negros o direito de se reconhecerem na cultura nacional e de expressarem suas visões de mundo com autonomia, individual e coletivamente. A formação de docentes é indispensável para uma educação que vise ao reconhecimento e à valorização da história, da cultura e da identidade dos diferentes povos que habitam o Brasil, particularmente os descendentes de africanos.

Portanto, a Lei 10639/03 tem uma história de luta contra o racismo que ainda impera nesse país e uma trajetória histórica que acompanha a própria história do Brasil, a história da democracia brasileira. É necessário conhecer as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana:

Assim, a luz das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que trata dos conteúdos tradicionais das várias disciplinas, em especial o Art. 26º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, (Lei 10.639/2003) – garantindo o que está preconizado desde a Constituição Federal em seu art. 3, IV, (...) “o preconceito de origem de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e reconhecem que todos são portadores de singularidade irredutível e que a formação escolar tem de estar atenta para o desenvolvimento de suas personalidades (Art. 208. IV). (ARRUDA, 2007, p.9).

E como essa lei é fruto da luta política dos negros no Brasil, na escola, ela também deve ser percebida como uma legislação consolidada a partir de um enfrentamento político e incorporada. No entanto, deixamos claro que ela resultou da luta diária de negros pela conquista de um espaço dentro da sociedade que lhes garanta uma verdadeira cidadania, que os conceba, verdadeiramente, como cidadãos, não apenas com direitos jurídicos, mas também com direitos de fato, e que a cor de sua pele e sua origem étnica não correspondam a diferenças sociais e econômicas.

Por fim, devemos trabalhar com as africanidades e abordar as questões étnico-raciais, não porque a Lei 10639/03 determina, mas por termos consciência da importância dos negros em nossa sociedade, de que devemos valorizá-los em todos os sentidos e porque é um instrumento de construção de cidadania em sua dimensão mais ampla.

3.1 A INCLUSÃO DA LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS: IMPORTÂNCIA E ALTERNATIVAS PARA A EFETIVAÇÃO

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. (BRASIL, DCN, 2004, p.11).

A Lei 10639/03 foi criada com o objetivo de que os negros sejam valorizados nos currículos escolares. Para isso, é preciso que os profissionais da Educação tenham consciência da importância de desconstruir práticas racistas que ainda persistem nos espaços escolares e que a história da população negra seja contada. Portanto a Lei 10639/03 veio para mudar o cenário nas salas e adotar práticas que são necessárias para o futuro dos alunos, na perspectiva de que respeitem os outros e valorizem a diversidade que temos em nosso país.

Em muitas escolas, a Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) não funciona na prática, já que muitos docentes ainda não trabalham como deveriam, abordando o negro de forma igualitária, valorizando a diversidade existente em nosso país. Isso acontece porque esses profissionais e todo o corpo escolar não estão preparados, o que é um fato preocupante na Educação, pois sabemos que é na escola que deve o racismo deve ser combatido e que a história dos negros não deve ser apagada, esquecida, mas mostrada aos alunos, para que possam valorizar as diferenças. Já no ensino infantil as escolas devem mostrar a importância do negro na formação da sociedade brasileira, pois, como afirma o Conselho Nacional de Educação, é preciso:

Investir e insistir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las. (BRASIL, CNE, 2004, p.10).

É importante ressaltar que a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), que trata da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira, traz mudanças significativas para a educação, dentre elas, o direito de os alunos afrodescendentes terem uma educação de boa qualidade e igualitária, que lhes foi negado no período escravista. É fundamental que, no espaço escolar, os educandos sejam conscientizados de que é preciso combater o racismo e valorizar as origens e a cultura africanas, pois muitos alunos não se veem como parte da história, devido ao fato de os educadores não dialogarem nem levarem práticas pedagógicas que valorizem o negro na sociedade. Essa atitude reforça cada vez mais o racismo.

A lei foi criada para acabar com as práticas de exclusão que recaem sobre o negro ou minimizá-las, seja nos discursos promovidos pelos docentes, seja nos livros trabalhados em atividades, porquanto essas ações são inaceitáveis e passam despercebidas. É fato que vivemos em uma falsa democracia racial. Portanto, o ensino antirracista deve ser trabalhado, para que os alunos possam saber respeitar a todos e entender que somos iguais sem distinção de cor. Nessa perspectiva, a escola é o principal lugar onde se devem combater as desigualdades, porque é através dela que se iniciam as relações sociais.

Vemos, pois, o quanto a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) é importante e uma grande conquista. As Leis surgem das necessidades de determinada sociedade e para resolver problemas e corrigir ações racistas que acontecem no dia a dia nas escolas e que, em muitas circunstâncias, são silenciadas e reproduzidas pelos próprios profissionais da Educação. As leis existem para que se tenha um olhar voltado para a diversidade e para a valorização da cultura étnico-racial. Apesar disso, ainda existem muitos obstáculos pelo caminho, razão por que é

importante que a Lei seja cumprida pelos profissionais e que todos tenham consciência do seu legado.

A Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) também é direcionada à educação infantil, visto que as crianças, desde cedo, têm direito à diversidade étnico-racial, ao contato com o ensino da história da África, para que possam construir uma identidade negra positiva. Podemos observar que as crianças afrodescendentes não têm referências negras positivas e crescem com o pensamento de que são inferiores. É importante trabalhar com esses aspectos na educação infantil, porque os primeiros anos de vida são primordiais na construção da identidade sociocultural da criança. A Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) combate o silêncio presente nas práticas e nos currículos escolares. Porém ainda há certa resistência a essa lei, que altera a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), mas sua aprovação tem causado impactos na educação brasileira, como:

Ações do MEC e dos sistemas de ensino no que se refere à formação de professores para a diversidade étnico-racial; novas perspectivas na pesquisa sobre relações raciais, no Brasil; visibilidade à produção de intelectuais negros sobre as relações raciais em nossa sociedade; inserção de docentes da educação básica e superior na temática africana e afro-brasileira; ampliação da consciência dos educadores de que a questão étnico-racial diz respeito a toda a sociedade brasileira, e não somente aos negros; e entendimento do trato pedagógico e democrático da questão étnico-racial como um direito. (GOMES, 2001, p.5).

Ainda temos uma longa caminhada, para que mudanças sejam efetivadas no ensino, a cultura afro-brasileira e a africana sejam valorizadas e para que as ações pedagógicas se efetivem. Essa é uma ação de todos. Por isso, ao tratar da história da África, os professores precisam trabalhar com elementos positivos, que eduquem os cidadãos e as cidadãs orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial. Para isso, é fundamental que estejam bem preparados e que ofereçam uma educação que vise ao reconhecimento e à valorização da história, da cultura e da identidade dos diferentes povos que habitam o Brasil, em particular, os descendentes de africanos.

A Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) vai fazer com que professores reflitam sobre determinadas ações, que, em muitas circunstâncias, não parecem ser racistas. Podemos afirmar que houve um avanço com a implementação dessa Lei, porque determina que o ensino da cultura africana, antes esquecida e vista de forma negativa, seja obrigatório, já que os negros são inferiorizados por meio de imagens e de histórias, e isso exige dos docentes a busca por

conhecimentos e formação específica para cumprir a lei e os objetivos da Resolução nº 1, de 17/06/2004 CNE/CP, em seu Art. 2º, que estabelece:

§1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004, p.1).

Para isso, é necessário que os professores se qualifiquem, para trabalhar a cultura afro-brasileira nas escolas, com práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial presente em nossa sociedade, e que se comprometam a incluir em suas aulas atividades que valorizem a cultura africana. Isso se justifica porque fazemos parte dessa cultura, e os alunos precisam conhecer a história de luta e de participação dos negros no Brasil e desconstruir práticas racistas que enraizadas na sociedade, que as próprias escolas reforçam. Portanto, é preciso mudar esse cenário.

É importante ressaltar que a Lei 10.639/03 não está direcionada apenas para a inclusão de novos conteúdos, mas também para que repensemos as relações étnico-raciais, incluindo uma reflexão sobre a forma de ensinar os conteúdos as ações pedagógicas, para que o quadro dessa visão estereotipada sobre a população negra seja revertido. Essa lei não visa favorecer somente determinado grupo, mas também todos os que já foram discriminados, independentemente de serem negros. Sobre isso, Munanga afirma:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, [...] essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p.16).

A escola, como um espaço de formação de cidadãos e cidadãs, tem um importante papel na efetivação da Lei 10639/03 (BRASIL, 2003). É por meio das instituições escolares que se constrói a identidade. Nesse sentido, a história da população negra é de interesse de todos - pelos menos deveria ser - para que as práticas racistas mudem. Devemos, juntos, abraçar essa causa e desconstruir o mito da democracia racial, que está maquiado na sociedade como igualdade social que não existe, porquanto a realidade é bem diferente, seja em nosso lar, seja

nas escolas ou na rua, o preconceito racial e as práticas discriminatórias acontecem. Nessa direção:

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, DCN, 2004, p.15).

Muitas dificuldades são encontradas no processo educacional. As crianças estão inseridas na busca de sua identidade racial, já que a educação, muitas vezes, não traz o negro como alguém admirável e um referencial positivo. Esse comportamento interfere em seu desenvolvimento e traz sequelas que impedirão que a própria criança se aceite como é. Essa é uma forma inaceitável de tratamento. É quando se trata da escola, o caso se torna ainda mais agravante, por isso é preciso cumprir a lei, para que mudanças efetivas aconteçam.

3.2 O LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03 E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA CRIANÇA NEGRA

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência. (SILVA, 2005, p.21).

Ao longo da história, as pessoas tinham necessidade de registrar tudo o que fosse importante para os homens. Nesse contexto, surgiu o livro didático, para guardar as informações e os conhecimentos e passá-los de geração para geração. Segundo Mello Jr. (2000), “o livro didático, como conhecemos na atualidade, surgiu no Ocidente por volta do Século II D.C., fruto de uma revolução que representou a Códex”. Esse novo modelo era bem parecido com o livro que temos hoje. Podemos afirmar que o mundo não seria o mesmo se as pessoas não pudessem conhecer as histórias de seus antepassados.

A partir da primeira década do Século XXI, o LD começou a fazer parte da cultura material da maioria das escolas públicas brasileiras. É um documento que comporta vários outros documentos e, ao longo do tempo, passou por várias modificações e se transformou em uma importante ferramenta de apoio para o professor durante a ação pedagógica no processo de educar. O LD passou a ser analisado quanto aos seus aspectos educativos e ao seu papel na configuração da escola contemporânea e vem sendo considerado como um instrumento

fundamental no processo de escolarização, do desenvolvimento das capacidades de perceber, de interpretar, de orientar e de construir a identidade do aluno. É um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, uma ferramenta de apoio pedagógico no processo de ensino, apesar de vir carregado de estereótipos, já que só enfatiza os homens brancos. Nos LDs, a história do negro é descrita de forma estereotipada, e ele é apresentado como inferior, incapaz e escravizado. E como trabalhando de forma acrítica, os professores acabam reforçando o racismo na sala de aula, e isso afeta o desenvolvimento do aluno. Por essa razão, esses profissionais precisam estar preparados para trabalhar com a cultura negra valorizando-os na sociedade de forma a estabelecer uma educação igualitária.

Segundo Cavalleiro (2006), no espaço escolar, ainda se adotam práticas racistas que se materializam de várias formas, como, por exemplo, em uma música, em uma imagem, na letra de um poema, nas paredes da escola, nos discursos dos professores, enfim, em todos os espaços pedagógicos. Assim, analisando formas e atitudes racistas, constata-se que a educação deve ser trabalhada com toda a equipe escolar, para combater qualquer tipo de racismo que possa existir na escola. Isso é preocupante, porque não é só no material que é trabalhado pelos professores, neste caso, o LD. Também é fundamental dirigir um olhar para a formação de professores, porque eles são mediadores do processo de ensino e aprendizagem e precisam estar bem preparados.

A história dos negros nos LDs é apresentada como se eles não tivessem uma cultura rica e de grande contribuição para a sociedade brasileira, porque só abordam sua escravização e não enfatizam seus valores e seus costumes. A história dos afrodescendentes é contada por partes e não podemos deixar que isso ocorra. É preciso falar de suas marcas de superação e de vitória e reconhecer a cultura africana para acabar com a desigualdade e as discriminações, portanto, todos juntos pelo fim do preconceito racial. Concordamos com Silva (2005, p.25), quando afirma que:

Não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos, pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de autorrejeição ao seu grupo étnico racial (SILVA, 2005, p.25).

Como visto, os docentes só reconhecem as histórias que são contadas nos LD, então, só transmitem o que aprenderam e não procuram se capacitar para trabalhar com a diversidade racial e apresentar a cultura negra como formação de nossa cultura. O livro didático é um material bom para ser trabalhado com os alunos, porém se utilizado de forma reprodutiva, sem

inferiorizar o negro, pois, dessa forma, acaba sendo uma ferramenta inimiga e de pouco valor pedagógico.

A busca pela formação continuada desperta um novo olhar para o professor sobre sua prática pedagógica e mostra caminhos para melhorar a metodologia e sugestões sobre como utilizar o LD para valorizar negro, pois o que temos visto é uma forte discriminação racial não só nos livros, mas também na postura do professor. Nesse sentido, ele precisa melhorar como profissional, inovar, propor métodos que possibilitem a quebra da discriminação racial e usar sua criatividade para trabalhar com o LD. Munanga (2005, p.16) entende que:

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado.

No ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, o LD é um instrumento necessário para a formação dos estudantes, porque descreve toda a história e traz imagens explicativas. Porém é importante que o professor analise bem o livro, para saber se pode ser empregado em suas aulas, pois imagens negativas podem dificultar a aprendizagem dos educandos, e a escola tem o papel de formar pessoas que vejam o outro como igual, em um mundo de pessoas diversas, independentemente de cor. Isso se justifica porque o professor é fundamental na construção da identidade, principalmente da criança, que tem sua escola e seus docentes como referência.

A escola não trabalha métodos pedagógicos que levem o aluno a conhecer sua origem, e o sistema de ensino não prioriza para ele o conhecimento da história real, apenas mostra imagens de racismo e de estereótipos. O LD incentiva a criança negra a conceber uma imagem negativa e de inferioridade de sua história, e isso lhe afeta a autoestima. Por essa razão, os profissionais devem contextualizar a realidade da criança, conhecer seus aspectos culturais e históricos, para ajudar em seu processo de formação, e valorizar as raízes africanas, com o intuito de mostrar às crianças que todos somos iguais, sem distinção de cor de pele, e a autoaceitação é necessária para a construção de sua identidade. O ensino da cultura africana nas escolas deve ser levado a sério, visando contribuir para superar a discriminação e formar uma negritude positiva. Para isso, os educadores precisam:

Identificar e corrigir a ideologia, ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para a reconstrução da autoestima, do autoconceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade. (SILVA, 2005, p.31).

Entendemos que é preciso trabalhar a autoestima da criança negra, pois é fundamental romper com essa ideologia que está enraizada de forma totalmente absurda e inaceitável, portanto os trabalhos pedagógicos desenvolvidos na escola devem apresentar a diversidade cultural e inserir na prática a arte, a dança, a música, entre outras manifestações culturais. Assim, a criança vai se desenvolvendo e construindo sua identidade, conhecendo sua história e se reconhecendo como parte dela.

Assim, é importante o cuidado com atividades pedagógicas que possam desqualificar a criança negra, pois os julgamentos, as comparações e as ações que determinam que o negro é inferior causam um grande impacto no início da construção da identidade da criança negra que trará sequelas por toda a sua vida.

Quando falamos em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção da escola, mas também o forte racismo repassado através dos livros didáticos. (ANA, 2005, p.50).

Vemos que a discriminação racial é uma ação que vem sendo praticada desde muito tempo, que envolve todo o corpo escolar e que é reproduzida por meio dos LDs, que retratam o negro de forma estigmatizada. O branco é visto como belo e inteligente, e isso acarreta várias consequências, principalmente para a criança negra, que está em processo de formação.

Os LDs também apresentam o negro como pessoas sujas, animalizadas, escravizadas e inferiores ao branco. Por essa razão, eles formam uma ideia negativa de si mesmos e de seus pares. Então, a escola precisa promover uma educação antirracista e representar o negro como uma pessoa de valor para a sociedade. Porém:

Aqui no Brasil, crianças brancas e negras aprendem sobre figuras e fatos importantes de brancos - como Pedro Álvares Cabral e Tiradentes. Porém, pouco ou nada sabem sobre os descendentes de africanos, povo que compõe metade da população brasileira. Se perguntarmos a uma criança branca quais são seus heróis, líderes, sábios, ela saberá apontar alguns. A criança negra, no entanto, terá dificuldade para identificar heróis negros, porque a memória de seu grupo foi omitida ou deturpada. (BENTO, 1998, p.44).

Nesse sentido, o LD é um instrumento que reproduz discriminação e preconceito, ao invisibilizar o processo histórico cultural excluindo o negro não só da sua história, mas também da sociedade. É importante conhecer e valorizar a cultura africana, para que eles possam construir identidades positivas. Para isso:

É indispensável que os currículos e livros escolares estejam isentos de qualquer conteúdo racista ou de intolerância. Mais do que isso. É indispensável que reflitam, em sua plenitude, as contribuições dos diversos grupos étnicos para a formação da nação e da cultura brasileiras. Ignorar essas contribuições – ou não lhes dar o devido reconhecimento – é também uma forma de discriminação racial. (CARDOSO, 2000, p.10).

A negação das identidades pode ocasionar sérios problemas, porque envolve atitudes preconceituosas e racistas, que possibilitam a construção e a perpetuação de estereótipos depreciativos sobre os negros e sua cultura. Esse fator pode desencadear diversas práticas de exclusão dessa população na sociedade brasileira, entre elas, no sistema escolar. Os estereótipos são fontes de dor e de tristeza, pois exploram aspectos negativos, deformados e distorcidos.

O docente precisa incentivar os alunos a se relacionarem com o mundo de possibilidades que a sociedade negra criou, enfatizar a relevância de informações relacionadas a temas decorrentes da história e da cultura afro-brasileira e africana e mostrar para os alunos que a história da África não está associada somente à população negra, mas também à nação brasileira. Por isso a escola e o professor devem empregar as ferramentas necessárias para erradicar o racismo. Assim:

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/ superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo estado, dos professores civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação. (SILVA, 1989, p.57, apud SILVA, 2005, p23).

Como se vê, o sistema de ensino não prioriza o aluno nem o conhecimento da história, quando um LD apresenta a imagem do negro de forma estereotipada e discriminada, que são aceitos dentro de um ambiente escolar onde as crianças não são preparadas para o futuro, por meio de ensinamentos que, muitas vezes, são levados muito mais para pontos negativos do que positivos.

Acreditamos que é através da escola, como um espaço socioeducativo, que os alunos devem apreender que a diferença pode ser bela e que a diversidade é enriquecedora e não é

sinônimo de desigualdade. Para isso, os docentes precisam avaliar a forma como se tem trabalhado em sala de aula, com conteúdos em que a criança é inferiorizada por causa da cor de sua pele, e identificar os elementos didático-pedagógicos que se relacionam com seu processo de formação. Então, é importante construir imagens positivas dos negros nos materiais didáticos, a fim de que os alunos negros se reconheçam, sintam orgulho de si próprios e do seu povo e passem a gostar da cor de sua pele, a conhecer sua história e a entender que fazem parte dela. Portanto os professores devem estar preparados para introduzir em suas aulas a temática étnico-racial.

Considerando o que foi apresentado, é importante que possamos desconstruir o forte racismo existente em nossa sociedade, trabalhando com conteúdos que promovam a igualdade e a valorização e resgatem a história, pois é a partir da infância que a identidade da criança negra começa a ser construída, no entanto precisamos ter referências positivas sobre o negro.

4 METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Os livros didáticos (LD) analisados neste estudo são do 4º e do 5º anos do ensino fundamental, que é voltado para os anos iniciais. Cada um tem como componente curricular as disciplinas 'História' e 'Geografia'.

Os LD são divididos em nove unidades, com os assuntos que serão estudados e as páginas em que estão distribuídos. Apresentam muitas imagens e são compostos de questionamentos na página de cada abertura, com atividades no final de cada texto e as referências bibliográficas.

A escolha do LD como objeto principal de análise para esta pesquisa surgiu no sentido de saber qual a visão da história e da cultura afro-brasileira e africana presente nos livros didáticos de História e de Geografia dos anos iniciais do Ensino Fundamental e porque esse é um dos principais instrumentos de trabalho dos professores e dos alunos no processo educativo.

Entendemos que os/as professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental são os responsáveis pela formação de indivíduos críticos, sujeitos da história e futuros cidadãos atuantes na sociedade. Portanto:

Aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída a responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir essas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde essa se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos (BRASIL, 2004, p.18).

É importante que os/as educadores/as conheçam e compreendam a história e a cultura africana e afro-brasileira para analisar com propriedade os livros didáticos que estão sendo trabalhados em sala de aula, porquanto o livro didático é um instrumento muito utilizado no processo de ensino, só que alguns apresentam conteúdos racistas que interferem no processo de aprendizagem da criança negra.

4.2 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Diversos tipos e técnicas de pesquisa são empregados no meio acadêmico, e cada um/a exige instrumentos próprios para que o pesquisador faça adequadamente a coleta dos dados. “Escolhido os métodos, as técnicas a serem utilizadas serão selecionadas, de acordo com o objetivo da pesquisa” (ANDRADE, 2009, p.132). A autora faz referência à escolha dos instrumentos de coleta de dados e enfatiza que são próprios de cada tipo de pesquisa. E um dos instrumentos utilizados com frequência é o livro didático, cuja coleta de dados é feita por meio de levantamento bibliográfico (leituras especializadas).

Em seu livro, “Introdução à Metodologia Científica”, ela introduz o estudo dos instrumentos de coleta de dados e destaca:

Instrumentos de pesquisa são os meios através dos quais se aplicam as técnicas selecionadas. Se uma pesquisa vai fundamentar a coleta de dados nas entrevistas, torna-se necessário pesquisar o assunto, para depois elaborar o roteiro ou formulário. Evidentemente, os instrumentos de uma pesquisa são exclusivos dela, pois atendem às necessidades daquele caso particular. A cada pesquisa que se pretende realizar procede-se à construção dos instrumentos adequados. (ANDRADE, 2009, P.132/133).

A autora apresenta uma definição de instrumentos de coleta de dados e reforça a questão já discutida sobre a escolha de instrumentos específicos para cada tipo de pesquisa que se deseja realizar. Isso nos sugere que não existem instrumentos padrões adequados para todos os tipos de pesquisa sem sofrer alterações.

Os instrumentos analisados nesta pesquisa foram os LD, com o objetivo de destacar as questões étnico-raciais, com ênfase nos estereótipos e nos preconceitos veiculados através da cultura escolar, sobre a forma como é apresentada a história dos negros, seja através de discursos ou de imagens.

Gatti Júnior conceitua o livro didático como:

Um material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação; material caracterizado pela seriação dos conteúdos; mercadoria; depositário de conteúdos educacionais; instrumento pedagógico, portador de um sistema de valores; suporte na formulação de uma História Nacional; fonte de registros de experiências e de relações pedagógicas ligadas às políticas pedagógicas da época e material revelador de ângulo do cotidiano escolar e do fazer-se da cultura nacional. (GATTI JÚNIOR, 2004 apud CARVALHO, 2006, p.6).

Assim, o livro didático é um instrumento que faz parte da cultura escolar, é importante para a formação dos alunos e atribui significados, saberes, conceitos e outros conhecimentos necessários para sua aprendizagem. Porém, pode ser uma ferramenta pedagógica que reproduz a discriminação e o preconceito, ao invisibilizar o processo histórico-cultural do negro, o que poderá resultar em sua exclusão da história e da sociedade.

4.3 PROCEDIMENTOS

Neste item, apresentamos as etapas relativas à coleta e ao registro das informações obtidas. Num primeiro momento, analisamos o livro didático, com o objetivo de saber como a temática africana e afro-brasileira vem sendo abordada. Em seguida, observamos detalhadamente cada unidade, para verificar os textos apresentados em cada parágrafo, por meio de uma leitura minuciosa, no sentido de saber se o discurso presente no livro didático valoriza a cultura africana e se contribui para a construção identitária positiva da criança negra. Na sequência, observamos as imagens dos negros destacadas nas páginas do livro, a fim de identificar se havia ou não hierarquias raciais.

No decorrer da pesquisa, os fatos e as fontes abordam a história dos negros sob o ponto de vista escravista. “O livro didático apresenta o passado histórico e a cultura do povo negro de forma reduzida e conveniente quando não consegue inviabilizá-los completamente. O fato histórico mais reduzido refere-se à escravidão” (SILVA, 2001, p.51). No entanto, precisamos desmistificar a visão eurocêntrica, para que valorizem sua raça e suas origens.

4.4 MÉTODOS

A metodologia empregada na pesquisa é de natureza qualitativa. Minayo (2008, p.21) refere que esse tipo de pesquisa:

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2008, p.21).

Esse tipo de pesquisa é empregado quando o pesquisador pretende compreender os fenômenos estudados e explicar, com profundidade, o significado e as características das informações obtidas na análise do material de forma específica e contextualizada. Isso facilita a descrição e a complexidade do problema abordado. Além disso, descreve o fenômeno, analisa a complexidade do objeto de estudo, apresenta dados e revê, de forma crítica, as teorias sobre o tema.

O objetivo deste estudo foi de analisar o livro didático, com o fim saber como o negro vem sendo abordado nos livros e como isso reflete diretamente na construção identitária da criança negra, na perspectiva de mostrar uma nova visão dos livros didáticos na formação do sujeito e de fazer com que os docentes reflitam sobre a forma como se tem trabalhado com o livro didático, um material de que o professor dispõe para seu trabalho didático-pedagógico e que possam ver como ponto de partida a valorização da diversidade de culturas no ambiente escolar.

Também se caracteriza com uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Gil (2006):

Utiliza material já publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, de informações disponibilizadas na internet. Quase todos os estudos fazem uso do levantamento bibliográfico, e algumas pesquisas são desenvolvidas exclusivamente por fontes bibliográficas. Sua principal vantagem é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2006).

Assim, é uma pesquisa voltada para fontes secundárias, ou seja, material que já foi produzido por outras pessoas sobre determinado assunto, para interpretar dados que são fundamentais para a construção do trabalho que assumimos como tema de pesquisa científica.

Assim, o pesquisador irá analisar algo que já foi elaborado sobre determinado conteúdo e fazer o levantamento de dados destacando seu ponto de vista sobre ele.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise apresenta uma visão geral dos resultados, por meio de uma investigação detalhada, que possibilita perceber as categorias de informação. Assim, a pesquisa deve prezar pela apresentação dos resultados do estudo e divulgar os resultados obtidos na pesquisa. Segundo Dencker:

O objetivo da análise é de reunir as informações de forma coerente e organizada, visando a responder o problema de pesquisa. A interpretação proporciona um sentido mais amplo aos dados coletados, fazendo a relação entre eles. (DENCKER, 2000).

A análise dos resultados é embasada no referencial teórico, que sustenta as afirmações ou negações descritas no trabalho de pesquisa, e o pesquisador expressa seu ponto de vista referente ao que está sendo abordado, posicionando-se de forma crítica e construtiva.

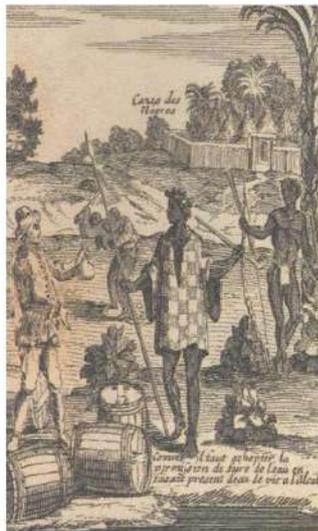
Neste trabalho, analisamos os livros didáticos de História e de Geografia do 4º e do 5º anos iniciais, com o intuito de observar como o negro está sendo representado em textos e imagens.

4.5.1 ANALISANDO O LIVRO DE HISTÓRIA

A obra analisada foi editada pela Editora Moderna. A autora responsável pela disciplina é Lucimara Regina de Sousa Vasconcelos. A coleção do Projeto Buriti, 3ª edição, foi produzida no estado de São Paulo, no ano de 2014. Analisamos cinco imagens do livro de História do 4º ano, e quatro, do 5º.

A Figura 1 representa o comércio de escravos que acontecia, com a compra e a venda de mercadorias entre os europeus e os africanos. A gravura se encontra na terceira unidade e aborda os povos que vieram da África.

Figura 1 – Comércio entre os europeus e chefe africano



Fonte: (VASCONCELOS, 2014, p.40)

A Figura 1 representada acima, foi extraída do livro didático do 4º ano e mostra que os comerciantes europeus contavam com a colaboração de chefes e de reis africanos. “Como o comércio de escravos era uma atividade muito lucrativa, africanos e portugueses passaram a capturar pessoas para serem vendidas como escravas” (VASCONCELOS, 2014, p.40).

Vários mercadores europeus se interessavam em comprar e vender produtos da África. Eles levavam diversas mercadorias para serem comercializadas com os povos africanos, como tecidos da Índia, armas de fogo, bebidas e cavalos. Em contrapartida, buscavam, na África, ouro, marfim e escravos (VASCONCELOS, 2014, p.40).

O comércio de seres humanos já era praticado entre os africanos. A imagem demonstra uma justificativa de que eram os próprios negros que se escravizavam na África, portanto, são sempre vistos como escravos, mercadorias, objetos e mão de obra do regime escravista de produção. Dessa forma, o livro didático reproduz o discurso historiográfico do período. Segundo Souza:

Desde os tempos mais antigos, alguns homens escravizaram outros homens, que não eram vistos como semelhantes, mas sim como inimigos e inferiores. A maior fonte de escravos sempre foram as guerras, com os prisioneiros sendo postos a trabalhar ou sendo vendidos pelos vencedores. Mas um homem podia perder seus direitos de membro da sociedade por outros motivos, como a condenação por transgressão e crimes cometidos, impossibilidade de pagar dívidas, ou mesmo de sobreviver independentemente por falta de recursos. [...] A escravidão existiu em muitas sociedades africanas bem antes de os europeus começarem a traficar escravos pelo oceano Atlântico (SOUZA, 2006, p.47 apud MOCELLIN; CAMARGO, 2010, p.174).

Desde muito tempo, os negros eram dominados pelos homens brancos, escravizados e tratados como mercadoria, e os europeus tinham grande interesse nos escravos para obter lucro e alimentar o comércio. Portanto, é evidente a presença dos negros de forma inferior ao branco.

A próxima imagem retrata o momento em que os escravos tinham que passar pelo processo de avaliação para saber se estavam em perfeitas condições de saúde para serem escravizados.

Figura 2 – Desembarque de escravos no Rio de Janeiro



Fonte: (VASCONCELOS, 2014, p.40)

A imagem ilustrada na figura 2, está apresentada na terceira unidade no livro do 4º ano e enfatiza a ação dos europeus na África, quando os negros eram pegos de forma brutal e levados para a América. “No momento em que eram comprados na África, os prisioneiros capturados tinham o corpo examinado para avaliar suas condições de saúde. Depois, embarcavam nos navios negreiros em direção à América, onde trabalhariam como escravos” (VASCONCELOS, 2014, p.40).

Observamos que a imagem apresenta homens brancos bem vestidos, com camisas de manga longa e chapéus, e os negros saindo da canoa e outros chegando para serem avaliados e, depois, seguir viagem nos navios negreiros para trabalhar como escravos.

Durante a escravatura, a mortalidade dos africanos escravizados era elevada. Ocorria a caminho dos portos de embarque, dentro dos porões onde eram mantidos à espera de navios para embarcar ou em navios negreiros durante as viagens (ALBUQUERQUE, 2012).

As imagens mostradas no livro didático expressam a forma desumana como os negros eram tratados, porquanto eram humilhados e forçados a fazer o que os brancos determinavam. Ao veicular o negro de forma racista, o livro didático contribui para difundir uma representação negativa do povo negro, sempre se mostrando como escravo.

A história dos negros nos livros didáticos apresenta apenas um passado escravocrata, sem cultura e sem costumes. Aprendemos sobre a subordinação do negro ao branco, o relacionamento entre senhor e escravo, a supremacia do branco como padrão de referência social e o negro como incivilizado.

Em geral, em nossas escolas, os conteúdos de história brasileira contam apenas uma versão dos fatos históricos, pautada numa visão eurocentrista da descoberta de nosso país e do desenrolar da economia daquela época, apresentando a história do negro apenas por meio do negro escravo, do tráfico negreiro, um pouco das senzalas e muito pouco ou quase nada do modo de vida e da ascendência africana. (COUTINHO et al, 2008, p.76).

A história dos afrodescendentes vai além de seu passado escravocrata, porque contribuíram significativamente com os valores pessoais, socioeconômicos e culturais, os hábitos, os costumes, as danças, as músicas e a religião, porém não é isso que se mostra nos livros didáticos.

A Figura 3, que se encontra na quinta unidade do livro do 4º ano, apresenta um engenho onde os negros escravizados trabalhavam e mostra como eram as condições de vida em seu cotidiano.

Figura 3 – Engenho colonial de açúcar



Fonte: (VASCONCELOS, 2014, p.67)

“Os negros escravizados realizavam atividades pesadas, como derrubar a mata, preparar o solo, colher a cana, cortar lenha, construir cercas e poços. Eles dormiam amontoados na senzala, nome dado à casa onde moravam, sem condições de higiene nem conforto” (VASCONCELOS, 2014, p.66).

A imagem acima na Figura 3, apresenta os negros escravizados, em que eram submetidos a várias formas de violência, como castigos físicos e até a morte. Muitos não suportavam essa situação e fugiam; alguns eram recapturados e sofriam com mais castigos (VASCONCELOS, 2014, p.66).

O livro didático mostra que o povo negro era obrigado a trabalhar duramente na produção do açúcar, passando por humilhações e castigos. Muitos chegavam a fugir sem destino para sobreviver. No entanto:

A fuga não era, em si, a libertação do negro, uma vez que, em geral, ele não tinha para onde ir. Sua cor de pele logo o denunciava – o negro era escravo até provar ao contrário, a falta de um trabalho o levaria muitas vezes a assaltar para sobreviver; sua captura era uma questão de tempo. O quilombo tornava-se uma alternativa viável pra ele, uma forma de conseguir não apenas uma intervenção passageira do brutal cotidiano, mas uma liberdade real (PINSKY, 2009, p.86).

Assim, além de ser uma forma de fugir da opressão, dos castigos e dos sofrimentos que lhes eram causados era também uma maneira de se vingar dos senhores que os enganavam e não cumpriam com os acordos feitos. Os quilombos eram uma das alternativas mais eficazes

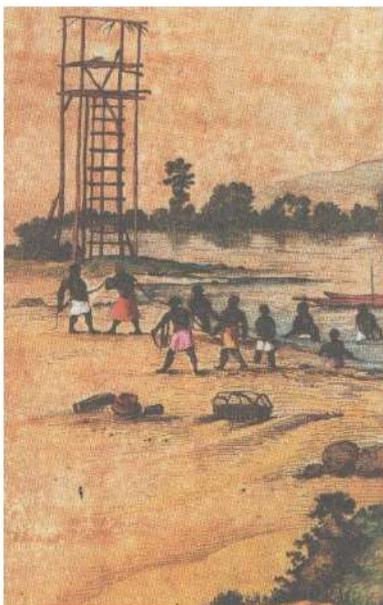
no tocante à resistência negra. Contudo não era fácil viver naquela situação tão humilhante. Por isso:

De várias maneiras, os negros escravizados lutavam e resistiam ao cativoiro (...) queimavam lavoura, promoviam fugas isoladas, cometiam suicídio ou caíam em profunda depressão (...) também se manifestavam por meio de assassinatos de senhores e capazes. (THAHIRA, 2011, p.14).

Notamos que o livro didático sempre conta a mesma história: o negro como escravo e humilhado e na posição de inferior. Então, questionamos: como a criança negra poderá construir sua identidade de forma positiva, se os discursos presentes nos livros e nas imagens caracterizam o negro como um ser insignificante?

A próxima Figura ilustra o Quilombo dos Palmares, um lugar em que os negros escravizados se refugiavam em grupos e se escondiam para não ser mais explorados pelos homens brancos.

Figura 4 – Negros escravizados pescando



Fonte: (VASCONCELOS, 2014, p. 68)

A imagem que está representada na Figura 4, mostra negros escravizados pescando com uma rede e a torre de vigilância ao fundo. Essa representação foi produzida no Quilombo dos Palmares, “o mais conhecido e um dos maiores quilombos, criado no Século XVII (...) e que existiu por cerca de 90 anos, tendo como líder Zumbi” (VASCONCELOS, 2014, p.68). Por

causa dos maus-tratos, muitos escravos fugiam e se organizavam em comunidades chamadas de quilombos. Zumbi foi um dos mais importantes líderes dos negros escravizados na luta pela liberdade.

Essa imagem, que se encontra no livro de História do 4º ano, mostra o lugar onde os negros se refugiavam, porque, os que eram escravizados não tinham para onde ir, recorriam a essa comunidade de difícil acesso, para impedir a ação dos fazendeiros.

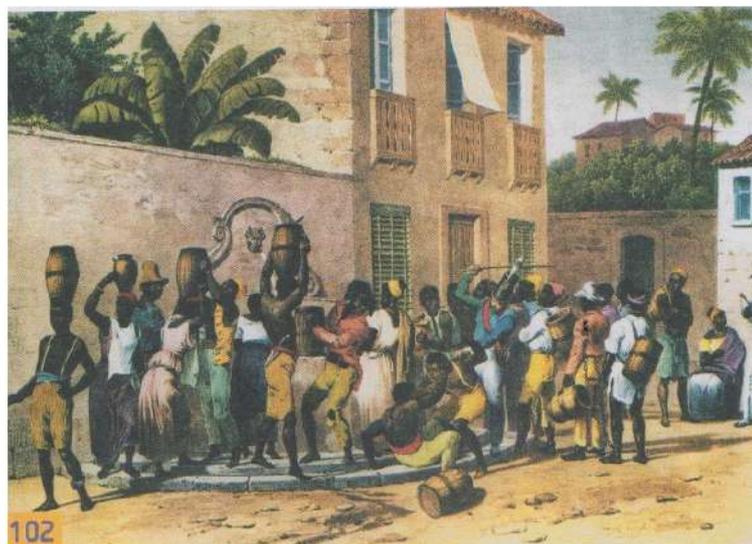
Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização socioeconômica política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural. (NASCIMENTO, 1980, p.32).

Os africanos escravizados se engajaram num combate firme contra a condição de escravizados em núcleos de resistência diversos, por isso os quilombos existiram em múltiplos pontos do país, em decorrência das lutas ocorridas em diferentes lugares onde houvesse negação de liberdade, dominação e desrespeito a direitos, além de preconceito, desigualdade e racismo.

Os negros sofreram durante muitos anos em busca de sua liberdade, pois eram submetidos a obedecer aos seus senhores. Muitos adoeciam e entravam em depressão por causa das condições em que viviam. Essa é uma história bastante dolorosa, da qual precisamos ter conhecimento, porém os livros só trazem o mesmo discurso e não mostram a contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira.

A ilustração seguinte retrata o abastecimento de água e a coleta de esgoto e traz um discurso em que o negro, mais uma vez, está em condição de inferioridade e tem que obedecer aos seus senhores.

Figura 5 – Negros carregando água



Fonte: (VASCONCELOS, 2014, p.102)

Na imagem apresentada na Figura 5, no livro didático do 4º ano mostra “escravos transportando água em barris de madeira até as moradias, pois boa parte da população obtinha água em bicas, fontes, chafarizes e cisternas” (VASCONCELOS, 2014, p.102). Vemos negros acorrentados, mulheres e homens e um homem branco com o braço levantado para bater em um deles. Essa é uma situação humilhante, e a dura forma como os negros eram tratados é inaceitável. Vê-se nitidamente como eram agredidos, como se só viessem ao mundo para servir e serem maltratados cruelmente.

A gravura retrata o negro como um ser sem valor, inculto, passivo perante a escravidão a que estava submetido ao sofrimento sem reação alguma, os homens brancos não via o negro como ser humano, e sim, como sujeito que merecia aquelas condições.

Nesse sentido, defendemos a implantação de um material didático condizente com a realidade histórica do/a negro/a, porque:

O livro didático, ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade racial, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos civilizatórios indígenas e africanos, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação (SILVA, 2001, p.18).

Portanto, quando uma criança negra se depara com representações negativas sobre o/a negro/a, ela pode rejeitar a si mesma e a sua raça. Por isso, é necessário desmistificar a visão eurocêntrica para as crianças, para que valorizem sua raça e sua origem.

A imagem seguinte apresenta os trabalhadores negros da lavoura cafeeira que são escravizados. A temática é abordada sobre a riqueza gerada pelo café, no livro do 5º ano.

Figura 6 – Africanos escravizados trabalhando na secagem de café



Fonte: (VASCONCELOS, 2014, p.56)

Na gravura acima da Figura 6, De acordo com Vasconcelos (2014, p.56), “as lavouras de café precisavam de uma grande quantidade de trabalhadores. Por isso, muitos africanos escravizados foram trazidos para o Brasil na primeira metade do Século XIX”. A imagem mostra homens negros trabalhando, uma mulher negra carregando um bebê nas costas e crianças negras sentadas no chão.

Notamos que, no livro didático, há uma visão excludente do povo negro, em que a mão de obra escrava também era utilizada. “Em 1850, o tráfico de africanos escravizados foi proibido. Os fazendeiros começaram a buscar escravos no Nordeste (...). Outra solução foi incentivar a vinda de imigrantes” (VASCONCELOS, 2014, p.56). O livro não diz por que o tráfico foi proibido, mas afirma que os imigrantes não eram escravizados, mas assalariados. Porém, os escravos não recebiam nada além de humilhações e maus-tratos. Por isso é preciso pensar na pessoa negra como a que protagonizou nossa história e influenciou o que somos hoje.

Como vimos, os livros didáticos têm lacunas relativas às histórias abordadas. Podemos perceber essa contradição no Plano Nacional do Livro Didático – PNLD (2010), que se equivoca ao tratar do Projeto Buriti:

A estratégia pedagógica valoriza a participação ativa do aluno, a autonomia do professor, a criatividade e a variedade de procedimentos didáticos para a aprendizagem de conhecimentos significativos, contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a promoção do pensamento crítico. O processo de aprendizagem é compreendido a partir da reflexão sobre diferentes fontes (PNLD, 2010, p.155).

Entretanto, em relação à temática afro-brasileira, o livro não contribui para o desenvolvimento da identidade da criança negra, que não tem referências positivas sobre o negro, já que ele é retratado como uma pessoa sem cultura, que só veio ao mundo para servir e que é tratado pelos brancos em uma posição inferior e em situações desumanas.

A próxima imagem retrata duas mulheres negras na escravidão do ganho, uma forma de exploração em que elas eram submetidas a entregar certo valor ao senhor.

Figura 7 – Negras vendedoras



Fonte: (VASCONCELOS, 2014, p.42)

A imagem acima é apresentada na Figura 7, no livro didático do 5º ano. Os escravos faziam um trabalho e, no fim do dia, da semana ou do mês, deveriam entregar ao senhor uma quantia previamente combinada. Mesmo depois da independência, a escravidão continuou a ser praticada, e grande parte da população continuou na miséria (VASCONCELOS, 2014, p.42).

Os escravos de ganho faziam diversos tipos de atividade: trabalhavam como ambulantes, vendedores em quitandas, artesãos, no transporte de cargas e de pessoas. Também prestavam serviços, trabalhando como barbeiros, marceneiros, sapateiros, amoladores etc. (VASCOCELOS, 2014, p.42).

Assim, a escravidão continuou durante muito tempo, e os negros continuaram nas mesmas condições de inferioridade, sem o direito a sua liberdade e sob as ordens dos seus senhores.

O livro didático precisa ser um mecanismo de produção de reflexão, que contribua para que o negro se valorize. Entendemos que, se o negro fosse representado de forma positiva, as crianças compreenderiam suas origens, perceberiam a importância que as diversas culturas africanas exercem na vida do povo brasileiro e passariam a formar sua identidade a partir do reconhecimento de sua pertença.

Há que se ressaltar que a cultura dos povos africanos exerceu inúmeras influências na formação de uma variedade de costumes que ficaram enraizados e são manifestados na cultura brasileira, como a religião, a música, a culinária entre outros. Porém:

Devemos lembrar que a história da África é parte indissociável da história da humanidade, na sua expressão mais completa. A África é o berço da humanidade, lá surgiram as primeiras formas gregárias de vida dos homens e mulheres no nosso planeta. Em toda sua longa história, os nativos do continente africano estiveram relacionando-se aos habitantes de outras regiões e continentes. Seus conhecimentos, produtos, criações e ideias circulam o mundo, assim como os seus criadores (LIMA, 2010, p.25).

Isso nos leva a refletir sobre a forma como o negro está sendo abordado no livro didático, e como a cultura africana está muito presente em nosso cotidiano, é preciso mostrar isso a criança negra, para que ela aprenda a se valorizar e a se reconhecer como parte da história, pois negar a cultura africana seria negar a própria identidade.

A gravura seguinte mostra um negro escravo na função de sapateiro. Ele está com o pé acorrentado, ao seu lado de um homem branco bem vestido.

Figura 8 – Negro sapateiro



Fonte: (VASCONCELOS, 2014, p.42)

A ilustração acima representada na Figura 8, faz parte do livro do 5º ano. “Nas residências das pessoas mais ricas, os escravos domésticos cuidavam do lar, supervisionados pela esposa do senhor” (VASCONCELOS, 2014, p.42). Os negros sempre aparecem servindo aos brancos e sob vigilância. É nítida na obra a visão racista que se tem e a superioridade da raça branca como dominante.

O livro didático não valoriza a diversidade étnico-racial e cultural e transmite conteúdos que contribuem negativamente para a formação da criança negra. Em relação à pluralidade cultural, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (2000) expressam:

Esse tema propõe uma concepção da sociedade brasileira que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que a compõe, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas, e apontar transformações necessárias. Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma nação, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano (BRASIL, 2000, p.19).

Assim, constatamos que o livro didático não aborda a valorização da diversidade, pois, em meio ao seu discurso e às imagens, o que vemos é uma reprodução do preconceito racial que está enraizado na sociedade há muito tempo, contribuindo para que as crianças negras percebam suas diferenças como ausentes ou negativas no meio em que estão inseridos.

Dessa forma, como instrumento pedagógico do docente, o livro não valoriza o negro nem mostra sua contribuição nos aspectos econômicos, sociais e políticos para formar a identidade brasileira.

A Figura 9, abaixo, mostra uma fazenda de ricos, em que os negros se encontram em uma sala servindo aos brancos.

Figura 9 – Escravos domésticos



Fonte: (VASCONCELOS, 2014, p.43)

A gravura acima, representada na Figura 9, foi extraída do livro didático do 5º ano e apresenta os negros fazendo trabalhos domésticos: “Lavavam roupas, cozinhavam, serviam senhores e convidados, cuidavam das crianças, faziam reparos na casa, coletavam lixo e dejetos, buscavam água, entre outras tarefas” (VASCONCELOS, 2014, p.43). Nessa imagem, que é um quadro de Debret, temos uma versão romantizada da vida dos escravos, como se vivessem bem nas fazendas e que os seus senhores eram pessoas boas, assim como as mulheres e os homens brancos da foto, como se a escravidão fosse um acontecimento positivo. Entretanto sabemos que isso não procede, porque os negros eram muito maltratados, considerados como pessoas inferiores por causa da cor de sua pele, torturados, mal alimentados, tinham que se submeter às ordens dos seus senhores e ainda eram castigados brutalmente sem piedade. Os negros nunca aparecem na ilustração do livro didático como protagonistas e influentes na construção das identidades brasileiras.

Segundo Gomes (2005, p.43):

O trabalho com a história e com a cultura afro-brasileira também implica em desenvolver ações que visem o fortalecimento da identidade negra, a qual destaca que a mesma deve ser vista “como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro”.

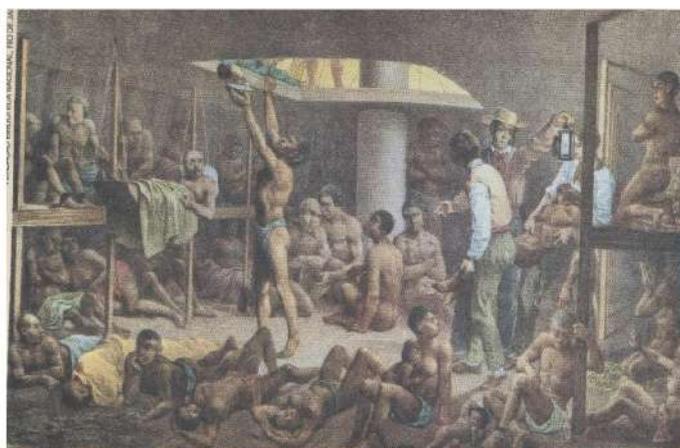
O livro evidencia que a humanidade e a cidadania são representadas pelo homem branco e de classe alta, e a luta e a resistência da população negra, ao longo dos séculos, são marcas significativas na formação da nação brasileira e que merecem ser notabilizadas. Os negros foram alvos de injustiças, por isso suas diversas contribuições para o Brasil devem ser valorizadas.

4.5.2 ANALISANDO O LIVRO DE GEOGRAFIA

A obra analisada foi produzida pela Editora Moderna, e a autora responsável pela disciplina é Juliana Maestu. A terceira edição da coleção do Projeto Buriti foi produzida no estado de São Paulo, no ano de 2014. Foram analisadas duas imagens do 4º ano, e uma, do 5º.

A Figura 10 mostra negros africanos sendo transportados nos porões dos navios - homens, mulheres e crianças. Encontra-se na Unidade 9, com o título ‘Gente do Brasil’, em uma atividade sobre a chegada dos africanos escravizados ao Brasil.

Figura 10 – Navio negreiro



Fonte: (MAESTU, 2014, p.124)

A imagem acima da Figura 10, faz parte do livro do 4º ano. “Retirados de suas aldeias na África e separados de suas famílias, os negros africanos passaram por muitas dificuldades no caminho para o Brasil. A viagem era realizada nos porões dos navios negreiros, onde as condições de higiene e alimentação eram muito precárias” (MAESTU, 2014, p.124).

A gravura demonstra a situação dos africanos, cujos rostos apresentam passividade no lugar onde se encontram. O africano Mahommah G. Baquaqua viveu a experiência de tráfico e a relatou em um livro publicado em 1854, em que descreve sobre o interior de um navio negreiro:

Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de um lado e as mulheres do outro. O porão era baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga. Oh! A repugnância e a imundície daquele lugar horrível nunca serão apagadas de minha memória. Não: enquanto mantiver seu posto nesse cérebro distraído, lembrarei daquilo. Meu coração até hoje adoce ao pensar nisto. (BAQUAQUA apud ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.48).

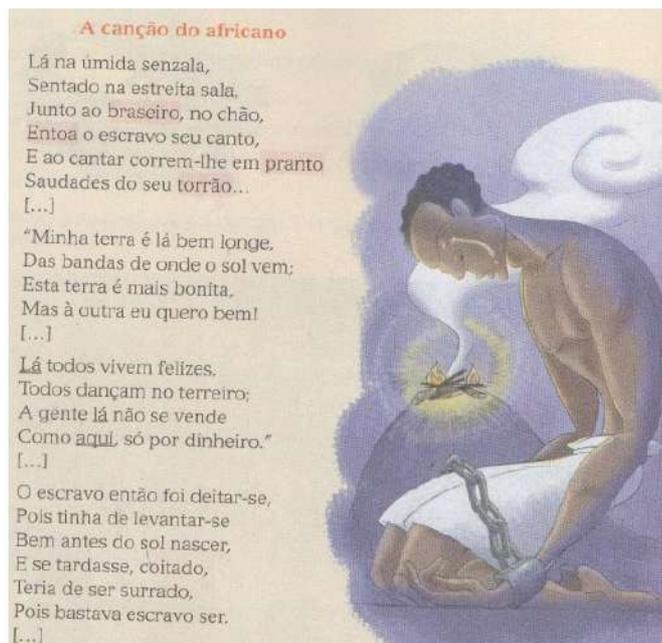
A imagem mostra, nitidamente, todos muitos negros amontoados, mal alimentados, sendo torturados. Muitos morreram em situações deploráveis, e os que conseguiram sobreviver às longas viagens e às torturas ficaram traumatizados. Todas essas representações têm um reflexo negativo na identidade da criança negra, porque:

A identidade é sempre uma relação: o que eu sou só se define pelo que não sou; a definição de uma identidade é sempre dependente da identidade do outro. Além disso, a identidade não é uma coisa da natureza; ela é definida num processo de significação: é preciso que, socialmente, lhe seja atribuído um significado (SILVA, 1999, p.106).

Sabemos que a escola é um espaço que exerce influência intelectual e cidadã sobre os indivíduos nela inseridos, e isso pode afetar sua formação identitária. Porém os livros didáticos que estão sendo trabalhados nas instituições escolares não valorizam a cultura africana.

A Figura 11 apresenta um poema de Castro Alves, que traz a figura de um negro escravizado, em uma proposta de atividade, e cujas mãos estão acorrentadas. Ele está ajoelhado e chorando, com os olhos fechados e a cabeça baixa.

Figura 11 – Poema: A canção do africano



Fonte: (MAESTU, 2014, p.126)

A ilustração representada acima na Figura 11, Descreve um poema, que foi extraído do livro do 4º ano, em que mostra a solidão de um povo oprimido em uma terra estranha, pois os negros foram exilados de suas terras e obrigados a vir para o Brasil, e descreve a saudade que sentem da época em que viviam em sua terra. Eles se lembram do passado e da terra de onde foram roubados, da felicidade que havia em sua terra natal e das danças. Há uma ideia de liberdade, que não existe, para ele, nas terras brasileiras.

No verso, "A gente lá não se vende como aqui, só por dinheiro" (MAESTU, 2014, p.126) representa as vozes do povo da África, que não é movido pelo dinheiro, como o povo do Brasil, que é capaz até de vender pessoas por dinheiro. Na última estrofe, descreve a realidade dura vivida pelos escravos, que eram conscientes de que, se acordassem tarde, seriam surrados, pois tinham que se levantar bem antes de o sol nascer.

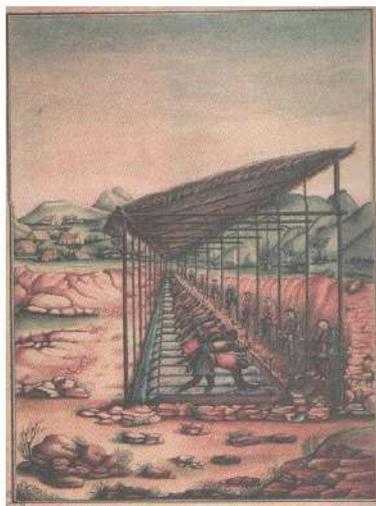
As pessoas de pele negra não tinham liberdade nem voz. O poema descreve a tristeza de um negro escravo, que fala de sua dor devido ao fato de estar acorrentado e sendo tratado como se fosse um animal selvagem. Quando uma criança negra vê essa imagem, não tem como se sentir orgulhosa de si mesma e de seu passado histórico.

O autor Jime Pinsky (2009, p11) assevera que, "na escravidão, transforma-se um ser humano em propriedade do outro, a ponto de ser anulado seu próprio poder deliberativo: o

escravo pode ter vontades, mas não pode realizá-las”. E como o livro didático não apresenta conteúdos e imagens favoráveis às questões étnico-raciais, é necessário contribuir para valorizar o povo negro, e não, apresentá-lo sempre em situação excludente.

A próxima imagem retrata os escravos sob a vigilância dos seus senhores, trabalhando na mineração de diamantes em terras brasileiras, em condições de trabalho muito precárias.

Figura 12 – Escravos trabalhando na mineração de diamantes



Fonte: (MAESTU, 2014, p.124)

A pintura acima representada na Figura 12, faz parte do livro didático do 5º ano, em que a colonização tinha o objetivo de explorar tudo o que as colônias pudessem fornecer para enriquecer os países colonizadores. Extraíam-se riquezas naturais, como ouro e prata (...), e se utilizava a mão de obra escrava (MAESTU, 2014, p.124). Os escravos passavam a maior parte do dia com as pernas dentro da água, eram mal alimentados, e quando cometiam algum erro, eram castigados. Muitos morreram por causa de doenças pulmonares, de malária ou de acidentes nas minas. Os africanos escravizados trabalhavam em canoas, caixas de madeira abertas e inclinadas no sentido do fluxo da água. No fundo de cada caixa, colocava-se um pedaço de couro de boi para reter pedras preciosas.

Assim, a imagem apresentada mostra o negro no cotidiano, no trabalho braçal e pesado. A história e a cultura negra são de uma riqueza incalculável. Mas, nos livros didáticos, são abordadas de forma pobre e vazia. A maioria dos livros se refere à história dos afro-brasileiros apenas sob o ponto de vista escravista. Porém, para combater o racismo velado ou explícito

existente no cotidiano educativo, é preciso romper com preconceitos e atitudes discriminatórias, com ações pedagógicas. Para isso, foi implementada a Lei 10639/03, que:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências (BRASIL, 2004, p.35).

Essa lei foi criada para dar voz aos excluídos e valorizar uma cultura tão rica e formadora da identidade do povo africano e seus descendentes, direcionando uma mudança nas práticas pedagógicas para que se reverta a visão estereotipada sobre a população negra. Entretanto, nos livros didáticos atuais, o negro é mostrado sempre na condição de escravo, porquanto o olhar eurocêntrico ainda é muito presente. O livro didático reproduz o racismo que está impregnado em nossa sociedade, e isso desencadeia um sentimento de inferioridade racial nas crianças negras e de superioridade racial nos/nas alunos/as brancos/as.

5 CONCLUSÃO

Durante a realização deste trabalho, percebemos que o livro didático do ensino fundamental I não valoriza a cultura afro-brasileira, visto que o racismo é transmitido por meio de textos e de imagens, o que acaba por influenciar a construção identitária da criança negra de forma negativa, já que o negro sempre é apresentado como um ser inferior em razão da cor de sua pele.

Levando em consideração esses aspectos, entendemos que é preciso incluir, nos currículos escolares, o ensino de história da África e a cultura africana, para que, efetivamente, possamos combater os estereótipos negativos do negro que constam no material didático do docente e dar ênfase à diversidade étnico-racial, na perspectiva de construir relações raciais e de respeitá-las.

Nesse sentido, a Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) foi criada para tornar obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira. Isso se configurou como uma grande conquista para o povo negro, porquanto o preconceito racial e a discriminação têm se intensificado nos ambientes escolares, tanto no material pedagógico quanto nas práticas pedagógicas excludentes e homogêneas, por meio de currículos que não contam a real história de luta dos negros na sociedade brasileira. Nesse contexto, o docente precisa trabalhar sua prática pedagógica com a pluralidade cultural, criando estratégias por meio das quais se possam desconstruir preconceitos desde a educação infantil e afirmar a identidade da criança negra, valorizando a cultura africana e reconhecendo a importância do negro na construção da história do Brasil.

Dessa maneira, a criança negra se sentirá valorizada, terá referências positivas sobre o negro e passará a conhecer sua grande contribuição para a formação do Brasil. A escola precisa ter compromisso com a qualidade da educação, em uma perspectiva socializadora e desprendida de todo e qualquer preconceito racial.

O estudo mostrou, por meio da análise dos livros didáticos analisados, que o negro é sempre representado como um ser inculto, selvagem, escravizado de todas as formas possíveis e inserido nas mais diversas áreas do trabalho. Eles trabalhavam no engenho de açúcar, na secagem do café, como vendedores, sapateiros, domésticos, faziam todos os tipos de serviço para seus senhores e ainda eram humilhados e tratados com bastante violência.

A literatura indica que, durante toda a vida, os negros foram mal tratados, nos diversos espaços sociais, principalmente nas instituições escolares, onde ainda encontramos muitos educadores e alunos com comportamento discriminatório. Então, é preciso prevenir esse tipo de atitude, impulsionada por uma crença que embute a existência de raças superiores às outras.

Nessa perspectiva, o professor é um ator sobremaneira importante, que poderá contribuir empregando novas didáticas para trabalhar a inclusão da cultura afrodescendente e respeitar as origens e as diferenças. Deve, ainda, estar preparado para lidar com a diversidade cultural, para criticar o currículo e a forma como é abordado e apontar sugestões pertinentes ao trato das questões étnico-raciais, não só na sala de aula, mas também na escola como um todo.

Para elevar a autoestima da criança negra e desenvolver nela um sentimento de pertencimento ao grupo de que faz parte, é necessária uma participação mais efetiva do corpo escolar, no sentido de viabilizar uma educação voltada para as relações raciais, as questões identitárias e a cultura afro-brasileira, além da participação da família e de toda a comunidade escolar nesse processo.

Nesta pesquisa, constatamos que a identidade é uma construção social, estabelecida através da representação social que o meio atribui ao indivíduo. Quando a criança negra se depara com uma imagem negativa do negro, apresentada pela sociedade e reforçada na mídia e na escola, sente-se, inevitavelmente, inferior, e sua autoestima é afetada. Entretanto, a participação dos professores nos processos de ensino e aprendizagem contra ações preconceituosas, por si só, não retira as ações necessárias para que seja assegurada a qualidade do ensino, porém assegura o desenvolvimento de formação da ideia sobre os professores que possibilita solucionar alguns problemas enfrentados em sala de aula.

A criança negra não pode ser diferenciada por causa do tom de pele ou de seu passado histórico de marginalização. Por essa razão, a escola, como um espaço de convívio e de aprendizado social, precisa romper com práticas racistas que se encontram nesse lugar, promovendo ações educativas para desconstruir ações que inferiorizam o negro na sociedade.

Finalmente, este trabalho nos possibilitou refletir sobre como o negro vem sendo abordado nos livros didáticos. Com base nessas análises, entendemos que o professor precisa ter cuidado para não reproduzir o racismo por meio do livro didático e encontrar formas de extinguir as práticas racistas no interior das escolas.

Para resolver essa problemática, sugerimos que é preciso mostrar à criança negra que sua cor é bela e empregar estratégias para elevar-lhe a autoestima. Também é possível trabalhar com a história da África e a cultura africana, que são manifestadas na música, na religião, na culinária e em tantos outros âmbitos que são importantes para a formação da criança negra, e não tratar da escravidão somente mostrando o negro de forma excludente, mas enfatizando aspectos positivos sobre ele e suas contribuições, que foram enriquecedoras para a construção do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. S. L. **O comércio transatlântico de escravos:** condução da mão de obra negra para Pernambuco entre os Séculos XVI e XIX. In: IV Conferência Internacional de História Econômica, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Debora_Albuquerque.pdf> Acesso em: 02 mai 2018.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO Walter. **Uma história do negro no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANA, Antônio Olímpio de Sant. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: **Superando o racismo na escola.** Brasília, 2005.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARRUDA, J. B. de. **Livro temático 1; Africanidades e brasilidades: saberes, sabores e fazeres.** João Pessoa: Dinâmica Editora, Ltda. – 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Disponível em: <http://www.sinpro.org.br/arquivos/afro/diretrizes_relacoes_etnico-raciais.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais: Ética. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural / orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental - 2. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. **Lei n.10.639,** de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.1, 10 jan.2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília /DF: Seppir, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília/DF, SEPPIR, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2005.

BENICINI, Roberta. Educação não tem cor. **Nova Escola**. Ano XIX, n.177, p.46-53, nov. 2004

BENTO, Maria Aparecida Silva. O preconceito e o estereótipo. In: **Cidadania em preto e branco**: discutindo as relações raciais. Editora Ática, São Paulo, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio a 2ª impressão. In: **Superando o racismo na escola**. 2ª Edição, Brasília, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. O educador, a educação e a construção de uma autoestima positiva do educando negro. In: **Racismo e antirracismo na Educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

_____. Valores civilizatórios e dimensões históricas para uma educação anti-racista. In: **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CONSELHO Nacional de Educação (a). **Parecer n. 03 de 10 de março de 2004**. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação (Mestrado) – Santa Maria: UFSM, CESH, 2010, F221.

FOSTER, Eugênia da Luz Silva. **Racismo e movimentos instituintes na escola**. 2004. 148 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, N. **A mulher negra que vi de perto**. O processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo Horizonte: MAZZA, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate das relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação – Antirracista – Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília: **Coleção Educação para todos**. SECAD/MEC, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC, SECAD, 2005.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 15: 134- 158, set-dez 2000.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas**. UNESCO. Brasília: 2002.

HENRIQUES, Ricardo, CAVALLEIRO, Eliane. Prefácio a 2ª Edição. In: **Superando o racismo na Escola**. 2ª Edição, Brasília, 2005.

LARA, S. H. "**O castigo exemplar" em campos da violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: **Superando o racismo na Escola**. 2ª Edição, Brasília, 2005.

LIMA, Mônica. História da África In: OLIVEIRA, Iolanda de; GONÇALVES, M, das Graças; MULLER, Tânia M. Pedrosa (orgs.). **Cadernos PENESB: Especial Curso ERER**. Niterói, RJ:- Ed. Alternativa/EdUF, 2010, n12.p.23-68.

MAESTU, Juliana. **Projeto Buriti: Geografia/ 4º ano**. 3.Ed. São Paulo: Moderna, 2014.

_____. **Projeto Buriti: Geografia/ 5º ano**. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2014.

MELLO Jr. J. **A evolução do livro e da leitura**. Disponível em: <<http://www.ebookcult.com.br/ebookzine/leitura.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MELO, Sheila Gomes de, CARENO, Mary Francisca do. **Tabuleiro de xadrez: uma proposta para a formação de professores na perspectiva da educação das relações étnico-raciais**. Belo Horizonte, Editora Unika, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. O desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOURA, Glória. O direito a diferença. In: **Superando o racismo na Escola**. 2ª Edição, Brasília, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a África na escola brasileira?** Disponível em: <http://www.capoeiravadiacao.org/attachments/250_Porque%20ensinar%20a%20%C3%80frica%20na%20Escola%20Brasileira%20-%20%20kabengeleMunanga.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018

_____. Racismo - essa luta é de todos. In: **Raça Brasil**. ano 5, n:50, 2000.p.13-14.

_____. **Superando o racismo na Escola**. 2ª Edição, Brasília, 2005.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980.

PESSANHA, Márcia Maria de Jesus. O negro na confluência da educação e da literatura. In: OLIVEIRA, Iolanda de. **Relações raciais e educação: novos desafios.** Coleção Política da Cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil.** Ed. 2, 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

REGO, Tereza Cristina R. Educação, cultura e desenvolvimento: o que pensam os professores sobre as diferenças individuais. In: Aquino (org.) **Diferenças e preconceitos na Escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1998.

RUIZ, Álvaro João. Como elaborar trabalhos de pesquisa. In: **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos.** -6. Ed. – 5. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

SANTANA, Patrícia Maria de Sousa. Educação Infantil. In: **Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

SCARPA, Regina. **Era assim, agora não...** uma proposta de formação de professores leigos. s.I. s.ed. LTDA, 1998.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: **Superando o racismo na Escola.** 2ª Edição, Brasília, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano.** 1. ed. São Paulo: Ática, 2006

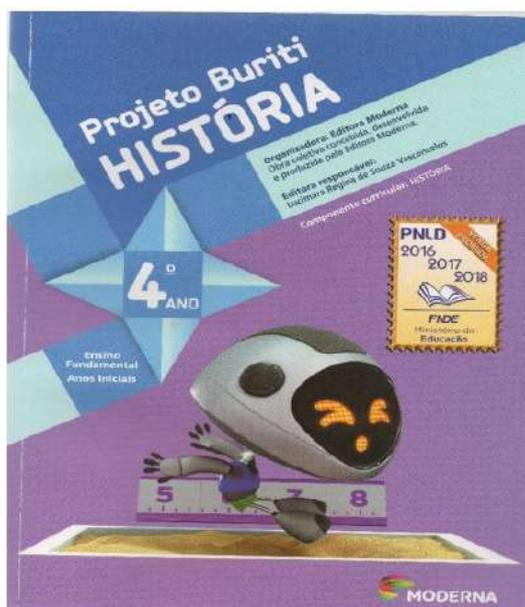
THAHIRA, Rosane Cristina. **Projeto Buriti: História/ 5º ano.** 2. São Paulo: Moderna, 2011.

VASCONCELOS, Lucimara Regina de Sousa. **Projeto Buriti: História/ 4º ano. 3.Ed.** São Paulo: Moderna, 2014.

_____. **Projeto Buriti: História/ 5º ano. 3. Ed.** São Paulo: Moderna, 2014.

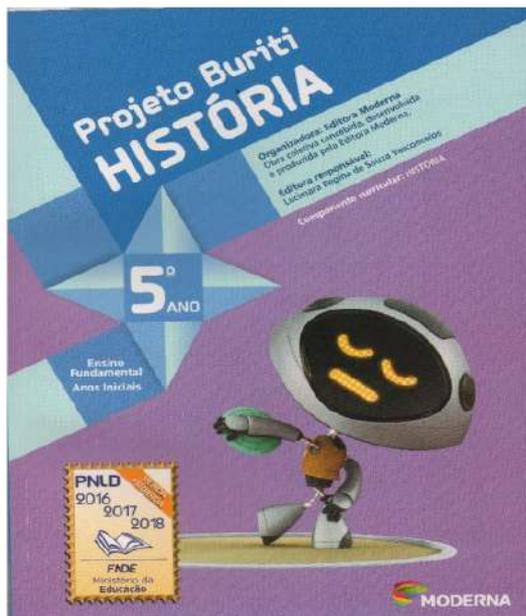
ANEXO A
LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Foto 01 – Livro didático de História do 4º Ano



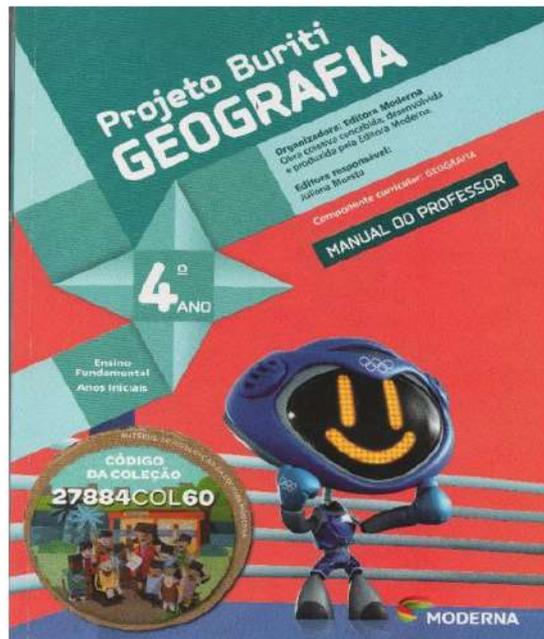
Fonte: (VASCONCELOS, 2014)

Foto 02 – Livro didático de História do 5º Ano



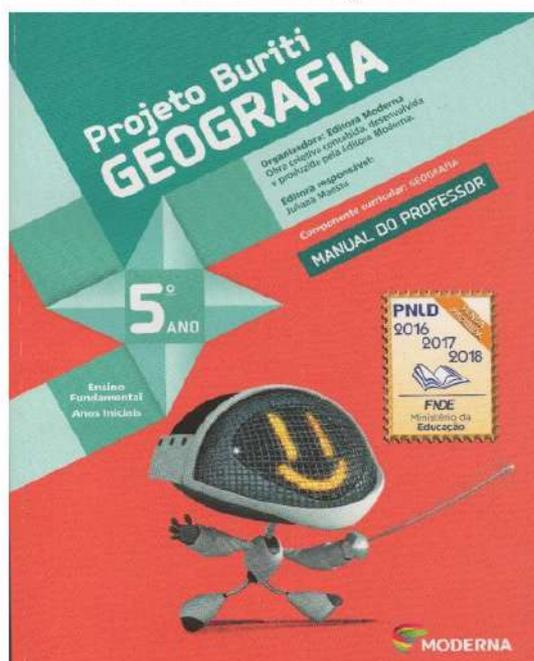
Fonte: (VASCONCELOS, 2014)

Foto 03 – Livro didático de Geografia do 4º Ano



Fonte: (MAESTU, 2014)

Foto 04 – Livro didático de Geografia do 5º Ano



Fonte: (MAESTU, 2014)